

DIRETRIZES DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA MISSIONÁRIA DE MONTES CLAROS



**IGREJA MISSIONÁRIA, COMUNIDADE DE
COMUNIDADES, VIVENDO A BOA-NOVA DO EVANGELHO**



Arquidiocese de Montes Claros
Norte de Minas Gerais - Igreja "em saída"

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	3
OBJETIVO GERAL.....	5
APRESENTAÇÃO	7

CAPÍTULO 1

OLHANDO A REALIDADE DO DISCÍPULO MISSIONÁRIO	9
Nós	9
Nosso Contexto	10
A Realidade Social nos incomoda	11
Nossa realidade à luz da Evangelii Gaudium - A Alegria do Evangelho	15

CAPÍTULO 2

ILUMINANDO A VIDA DO DISCÍPULO MISSIONÁRIO	17
Igreja Missionária	17
Igreja, Comunidade de Comunidades	17
Vivendo a Boa-nova do Evangelho	18
Conversão Pastoral: Condição imprescindível para ser uma Igreja missionária, comunidade de comunidades, vivendo a Boa-nova do Evangelho	18
Como Maria, somos missionários na alegria de servir	22

CAPÍTULO 3

O AGIR DO DISCÍPULO MISSIONÁRIO	26
---------------------------------------	----

Ser Igreja em estado permanente de missão.....	26
Ser Igreja casa da iniciação cristã e comunidades de comunidades.....	27
Ser Igreja da animação bíblica da vida e da pastoral.....	29
Ser Igreja a serviço da vida plena e da conversão pastoral.....	29
Como Agir.....	31
Organismos Pastorais a Serviço da Renovação Paroquial.....	31

CAPÍTULO 4

NORMAS PARA ORGANISMOS PASTORAIS DA IGREJA DISCÍPULA MISSIONÁRIA.....	35
1. PASTORAL DO BATISMO.....	35
2. PASTORAL FAMILIAR.....	42
3. PASTORAL CATEQUÉTICA.....	45
4. PASTORAL DO DÍZIMO	55
5. PASTORAL DA COMUNICAÇÃO (PASCOM).....	60
6. PASTORAL DA EDUCAÇÃO E DIÁLOGO ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO.....	64
7. SETOR SOCIAL ARQUIDIOCESANO.....	65
8. SETOR JUVENTUDE.....	68
9. OS CÍRCULOS BÍBLICOS E OS GRUPOS DE REFLEXÃO A SERVIÇO DA IGREJA “EM SAÍDA”.....	73
10. SOBRE AS FESTAS RELIGIOSAS	75
11. SOBRE OS BENS CULTURAIS DA IGREJA E ARTE SACRA	76
CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

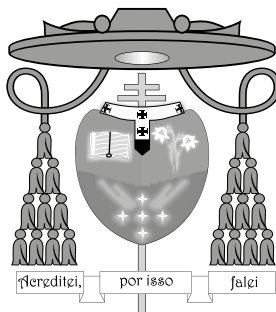
ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	Associação dos Alcoólicos Anônimos
AAP	Assembleia Arquidiocesana de Pastoral
AAPAC	Associação de Apoio, Proteção e Amparo à Criança
ADCE	Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas
At	Atos dos Apóstolos
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEP	Conselho Econômico Paroquial
CF	Campanha da Fraternidade
cf.	Conferir
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPF	Comissão Nacional da Pastoral Familiar
COARLE	Conselho Arquidiocesano dos Leigos e Leigas
COARPA	Coordenação Arquidiocesana de Pastoral
COMIDI	Conselho Missionário Diocesano
COMIP	Conselho Missionário Paroquial
COMIRE	Conselho Missionário Regional
Cor	Coríntios
CPC	Conselho Pastoral Comunitário
CPP	Conselho Pastoral Paroquial
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CR	Catequese Renovada
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
DAp	Documento de Aparecida
DGAE	Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora
DNC	Diretório Nacional de Catequese
DNJ	Dia Nacional da Juventude
Doc.	Documento
Dt	Deuteronômio
EAC	Encontro de Adolescentes com Cristo
ECC	Encontro de Casais com Cristo
Ef	Efésios
EG	Evangelii Gaudium
EMP	Equipe Missionária Paroquial
ESF	Estratégias de Saúde da Família
Ex	Êxodo
Fl	Filipenses

GI	Gálatas
Gn	Gênesis
JDJ	Jornada Diocesana da Juventude
Jo	João
Lc	Lucas
LG	Lumen Gentium
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
Lv	Levítico
MAC	Movimento da Amizade Cristã
Mc	Marcos
MI	Malaquias
Mt	Mateus
ONG	Organização Não Governamental
PASCOM	Pastoral da Comunicação
PED	Pastoral da Educação e Diálogo Ecumênico e Inter-religioso
PJ	Pastoral da Juventude
PPPs	Parcerias público-privadas
RCC	Renovação Católica Carismática
RICA	Rito de Iniciação Cristã de Adulto
Rm	Romanos
RP	Região Pastoral
SAV	Serviço de Animação Vocacional
SD	São Domingo
SI	Salmo
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
Tt	Tito
UTI	Unidade Tratamento Intensivo

OBJETIVO GERAL DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA PARTICULAR DE MONTES CLAROS

**EVANGELIZAR,
como discípulos missionários,
partindo de Jesus Cristo,
em comunhão eclesial,
como Igreja Profética e Misericordiosa,
alimentada pela Palavra de Deus e pela Eucaristia,
tendo coragem de superar a atitude de conservação pastoral
para o empenho transformador e “em saída”
em busca dos afastados,
com espírito de evangélica opção preferencial pelos pobres
e inclusão social para que todos tenham vida,
visando ao Reino definitivo.**



APRESENTAÇÃO

Estas Diretrizes da Ação Evangelizadora da “Igreja Missionária de Montes Claros, Comunidade de Comunidades, vivendo a Boa-Nova do Evangelho” foram aprovadas na 3ª Assembleia Arquidiocesana de Pastoral realizada de 21 a 23 de agosto deste ano, para os anos 2015-2019. São instrumento de um itinerário sustentador de comunhão e unidade pastoral, para a prática dos discípulos (as) missionários (as) de Jesus na Igreja Particular de Montes Claros.

Não se trata de mera inspiração, mas de caminho a ser percorrido por todos os membros conscientes de sua pertença à Igreja, em bem de uma evangelização e ação missionária transformadora. O Papa Francisco nos desperta para sermos uma Igreja em “saída”, verdadeiramente missionária. Precisamos fazer de nossa convivência fraterna, união de forças e ação transformadora, verdadeiro atrativo e incentivo para outros também virem participar de nosso convívio, assumindo os valores do Reino.

Nossas atuais Diretrizes, apresentando conteúdos orientadores dentro do método VER-JULGAR-AGIR, apontam a realidade de nosso Norte Mineiro na visão social e eclesial. Indicam os valores da pessoa de Jesus e do seguimento de seus passos, conforme a prática e orientação da Igreja através de seus Pastores, para o discernimento pastoral e iluminação da caminhada. Somos o povo de Deus a caminho da história, vivendo como comunidade de comunidades, em verdadeira conversão pastoral. Somos convocados a sair de uma pastoral de manutenção, ou puramente sacramentalizadora, para uma pastoral missionária, indo atrás dos afastados, em verdadeiro diálogo com a sociedade. Assim promoveremos mais uma fé transformadora, com a prática da vida coerente com o Evangelho. Leigos e leigas se tornam mais protagonistas da transformação social, sendo luz e fermento na família, nas atividades profissionais, na política, na economia, na mídia, na educação e em toda a atividade humana, promovendo a justiça e a cidadania para todos. Religiosos e religiosas agirão sempre profeticamente com seu testemunho de vida consagrada. Ministros ordenados darão sempre o testemunho de sua pertença ilimitada a Cristo, sendo exemplo para o rebanho e ajudando-o a seguir o Pastor dos Pastores. Todos são chamados a imitar o exemplo da primeira discípula missionária, Maria, com sua doação total na realização do projeto de Deus.

Na parte do agir todos somos conclamados a viver em estado permanente de missão, em verdadeira convivência de amor, para a prática e o anúncio da

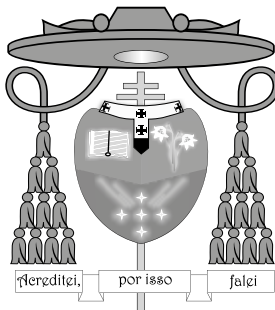
Boa-Nova que salva e liberta. Para isso, nosso estado permanente de conversão exige atenção à resposta generosa ao chamado do Senhor. Todas as pessoas e forças vivas da Igreja, Comunidades, Paróquias, Pastorais, Movimentos e Associações se unem para evangelizar. Todos os organismos eclesiais só têm razão de ser para ajudar a Igreja a ser missionária, trabalhando em perfeita sintonia e comunhão.

No capítulo quarto são apresentadas orientações sobre as Pastorais do Batismo, Familiar, Catequese, Dízimo, Comunicação, Educação e Diálogo Ecumênico Inter-religioso, Setor Social, Setor Juventude, Círculos Bíblicos e Grupos de Reflexão, Festas Religiosas e Bens Culturais.

Deus abençoe a todos, com a proteção de Maria, Mãe da Igreja.

Montes Claros, 7 de outubro de 2015.


D. José Alberto Moura, CSS
Arcebispo Metropolitano de Montes Claros



CAPÍTULO 1

OLHANDO A REALIDADE DO DISCÍPULO MISSIONÁRIO

Nós

1. A Igreja Particular de Montes Claros (Arquidiocese) se estende por 44.308.71 km². Abrange, segundo os dados do censo 2010, 798.194 habitantes. Dela fazem parte 40 municípios organizados em 63 paróquias.
2. A então Diocese de Montes Claros foi criada pelo Papa São Pio X em 10/12/1910, através de um documento pontifício (bula) intitulado “Postulat Sane”. Em 25/04//2001, através de outro documento “Maiori Chistifidelium”, o Papa São João Paulo II elevou a Igreja Montes-clarensense à categoria de Arquidiocese, criando, assim, a Província Eclesiástica de Montes Claros, composta, além da sede, das Igrejas Particulares (dioceses) de Paracatu, Janaúria e Janaúba.
3. O Povo de Deus da Igreja Particular de Montes Claros é religioso e devoto, mas carente de uma educação religiosa mais profunda e mais evangélica; por isso, a evangelização de nossa gente é o serviço prioritário dos 79 presbíteros diocesanos, 42 presbíteros religiosos, 1 diácono transitório, 19 diáconos permanentes, 12 Congregações Religiosas, 1 presbítero e 1 diácono da Associação Arautos do Evangelho e Sociedade de Vida Apostólica Virgem Flor do Carmelo e milhares de leigos e leigas engajados nas ações evangelizadoras de nossa Igreja.
4. Muitos fiéis vivem uma religiosidade enfraquecida e desvirtuada, que os leva a procurar diversos “movimentos religiosos”, segundo suas necessidades e interesses de momento. Fechados em si mesmos, “fazem a sua própria religião”, conforme seus desejos. Outros fiéis atingidos pelos “modismos religiosos” e pseudovalores da pós-modernidade, abandonam a Igreja e até as práticas religiosas. O número de católicos que “passa” para outras igrejas ou comunidades cristãs continua preocupante, especialmente nas periferias das cidades. Muitos chegam a alegar: “Não fomos nós que abandonamos a Igreja, antes foi ela que nos abandonou”... Constata-se, finalmente, que 4,02% da população de Montes Claros se dizem “sem religião”.
5. Por outro lado, há uma parte do laicato que assume consciente sua fé: atua na catequese, na evangelização, nos organismos e ministérios na Igreja, se

dá de corpo e alma ao esforço, de unir fé e vida, para a transformação social, conforme os critérios do Evangelho. Acompanha a caminhada da Igreja, seguindo orientações dela. Nas Comunidades, Paróquias, Movimentos, Pastorais e Organismos, leigos e leigas são incansáveis em ser Igreja viva, como discípulos missionários.

6. Na caminhada histórica da Igreja Particular de Montes Claros, tivemos evolução constante de pessoas missionárias que deram e dão a vida pela implantação do Reino, mas as injunções de cada época são grandes desafios para a Igreja.

Nosso Contexto

7. Diante dessa realidade, pretendemos ir ao seu encontro com o olhar do discípulo. Não é um olhar puramente sociológico. Antes, trata-se, na verdade, de um autêntico discernimento evangélico. “É o olhar do discípulo missionário que se nutre da luz e da força do Espírito Santo”. Enfrentando essa realidade, buscamos discernir “os acontecimentos, nas exigências e nas aspirações de nossos tempos... quais sejam os sinais verdadeiros da presença ou dos desígnios de Deus”, e encontrar demandas novas que se apresentam para a evangelização (cf. Doc. 100,10).
8. Como parte da humanidade, vivemos, neste momento, uma viragem histórica e podemos constatar-la nos progressos que se verificam no nosso meio e contribuem para o bem-estar das pessoas. O progresso científico permitiu o acesso a novas tecnologias, que, junto com o avanço da informática, trouxe comodidades e experiências inimagináveis. Notamos ainda a emergência da subjetividade, a preocupação com a ecologia, a defesa do meio ambiente, o crescimento do voluntariado e o empenho pela tolerância, a luta pelo respeito aos direitos humanos. Tudo isto que, somado à aceitação do diferente, colabora para uma maior convivência entre todos, não obstante as acentuadas diversidades. Não podemos esquecer-nos, porém, de que, infelizmente, a maior parte das pessoas vive precariamente. Não tem, no mais das vezes, as mínimas condições de uma vida digna de pessoas humanas. Apesar dos esforços dos últimos governos, ainda persiste a desigualdade social causadora da falta de respeito a seus mais fundamentais e legítimos direitos, bem como a violência e mortes prematuras. A cultura da morte! Luta-se para viver e vive-se, muitas vezes, sem dignidade alguma! E a alegria de viver se desvanece... (cf. EG 52; Doc. 100,11)

A Realidade Social nos incomoda

9. No contexto acima relatado, salientamos ainda a necessidade de olhar para a realidade social em que está inserida a Igreja, e que nos chama à missão para denunciar as ameaças à vida, representadas por modelos de desenvolvimento que degradam a vida humana e a natureza. Somos chamados a anunciar as esperanças e dignidade para os empobrecidos da sociedade.
10. O Norte de Minas e a Arquidiocese de Montes Claros estão localizados numa região onde ainda existem marcas de uma política chamada desenvolvimentista. Ao contrário do que o título, política desenvolvimentista sugere, vemos o Norte de Minas sempre à margem dessa política, pois não há investimentos nos setores básicos de infraestrutura. A visão desenvolvimentista reforçou a lógica de um sertão pouco habitado com uma forte presença de coronéis, donos de grandes áreas de terra e sem importância econômica para o País. A Arquidiocese de Montes Claros está inserida nesta realidade com características rurais, apesar do intenso processo de urbanização, nos últimos anos.
11. Essa política não conduziu as pessoas para o empoderamento, para o protagonismo, mas fortaleceu o coronelismo e o paternalismo políticos que as levaram para uma maior dependência desses meios que deveriam promovê-las.
12. A realidade rural do Norte de Minas é marcada:
 - a) Pela concentração da terra nas mãos de poucos, pela implantação de grandes projetos de esgotamento dos recursos naturais e a cobiça pelo dinheiro.
 - b) Pela resistência de diversas comunidades camponesas tradicionais que mantêm parte dos seus modos de vida. Desde a década de 1950/60 do século XX, a região vive uma intensificação da chamada modernização conservadora, o agronegócio, que avançou e destruiu boa parte do cerrado. As grandes fazendas de gado, os projetos de irrigação, o monocultivo do eucalipto e as barragens causaram o desequilíbrio ambiental no Norte de Minas. O agronegócio, em curso, deixou um grande rastro de destruição ambiental, desarticulou a produção familiar e expropriou populações nativas de seus territórios. Nos últimos anos, observa-se a expansão do agronegócio, dos grandes projetos de

irrigação de monoculturas, de barragens e o avanço da exploração da mineração. Tudo isso representa, atualmente, o principal fator do aumento dos conflitos agrários e ambientais na região Norte de Minas. Felizmente, a criação de Parques de Conservação Ambiental ameniza o avanço destruidor do agronegócio.

13. Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite, Salinas, Novorizonte, Taiobeiras, Berizal, da Arquidiocese de Montes Claros e Rio Pardo de Minas, Curral de Dentro e Águas Vermelhas, da Diocese de Janaúba, são exemplos de cidades que sofrem com a mineração, e, recentemente, com a implantação do Projeto de Minerodutos no Alto Rio Pardo, que levará toda a riqueza da mineração de Grão Mogol ao Porto de Ilhéus, na Bahia. Ao mesmo tempo, vivemos uma crise pela falta de água, mesmo com construção dos megaempreendimentos chamados de barragens, apelidadas também de açudes públicos, mas que não têm nada de públicos. São parcerias público-privadas, as PPPs.
14. A mineração avança para a região do semiárido, caatinga e por áreas de transição entre esse bioma e o cerrado. O Norte de Minas Gerais entra neste cenário. A mídia, os governos e órgãos ligados ao setor minerário propagandeiam que a região é a nova fronteira minerária do Estado Mineiro.

Barragens

15. No Norte de Minas, o debate referente à construção das barragens envolve ainda as questões relacionadas à seca. O agravamento da crise da água, pela instabilidade das chuvas, a destruição dos ecossistemas os quais garantem a produção e manutenção dos sistemas hídricos, aumentam a controversa propaganda de que “*o combate à seca passa pela construção das grandes barragens*”. Este discurso esconde o interesse dos latifundiários, empreiteiras e políticos da região. As barragens de Jequitaiá, Berizal, Vacarias, Carinhanha e Congonhas são os principais exemplos do Norte de Minas Gerais. Os processos são marcados pela violação dos direitos das populações atingidas, pela ilegalidade e tráfico de influência nos processos de licenciamento ambiental. E ninguém segue as regras para a implantação correta das barragens.
16. Não podemos deixar de fazer menção às diversas formas de resistências de Comunidades Camponesas Tradicionais que mantêm parte dos seus modos de vida e vêm lutando bravamente pela defesa da vida. São movimentos e iniciativas que precisam ganhar um olhar e adesão da Igreja

e da sociedade. Somos responsáveis pelo mundo que deixaremos para as gerações futuras.

Realidade Urbana

17. Vivemos, em nosso país, momento complexo para a atuação política. No entanto, a política pode ser uma forma sublime de exercício da caridade, política na perspectiva do bem comum, da transformação da sociedade contemporânea, o que exige renovação cultural com empenho e organização solidária.
18. Na Arquidiocese de Montes Claros, em relação à política, ainda há muitos desafios, pois a região é marcada pela deficiência dos serviços de água e esgoto, emprego, iluminação elétrica, analfabetismo e carestia. Ainda, há, no cenário político, a presença e influente ação do “Coronel, Político Poderoso”, que submete as pessoas a seu coronelismo, deixando-as afastadas do exercício livre de seus direitos políticos. O papel delas se restringe a votar, a valorizar o falso político, fortalecendo-o, para que ele ou alguém de sua família permaneça no poder. O maior desafio ainda é consolidar a participação cidadã nos processos de decisão, acompanhar as reuniões das Câmaras Municipais, a gestão das políticas públicas e a execução orçamentária das Entidades, em especial dos municípios. Essas ações podem acontecer através dos Conselhos Paritários ou outras instâncias de Controle Social.
19. A Igreja Particular de Montes Claros se empenhou para criar a *Escola Arquidiocesana de Formação em Fé e Política* que abraça todas as Campanhas Nacionais organizadas pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e por outras organizações do país. Essa Escola incentiva os cristãos para o exercício da cidadania.
20. É muito forte em nossa região o abuso do poder econômico, a troca de favores e a compra de votos nos processos eleitorais, reflexo das marcas do coronelismo, historicamente presente neste sertão de Minas Gerais. Essa realidade está em processo contínuo de mudança, graças às mobilizações de movimentos como o Comitê 9840 de Combate à Corrupção Eleitoral e Administrativa, que conta com a presença efetiva da Igreja e ações dos órgãos fiscalizadores como a Polícia Federal e o Ministério Público, principais responsáveis pela investigação, prisão e condenação de políticos corruptos, que, quase sempre, perdem também os direitos políticos. Falta melhor ação da justiça para condenar os corruptos.

21. A partir de 1987, com a Campanha da Fraternidade, que se baseou no lema “*Quem acolhe o menor a mim acolhe*”, a Igreja deu um novo impulso à questão da criança e do adolescente em situação de risco, atendendo-os de forma mais comprometida. Há, hoje, um Centro de Ressocialização de Menores. Os presídios e cadeias estão cada vez mais cheios, e a população presidiária hoje é uma das maiores que podemos encontrar, mas a Pastoral Carcerária, numa visão renovada, leva o Evangelho de Jesus Cristo aos cárceres da área de abrangência da Arquidiocese de Montes Claros e trabalha para que os direitos humanos sejam respeitados e garantidos. Essa Pastoral anuncia, denuncia, participa de políticas públicas que viabilizam a implantação de uma Justiça Restaurativa, e evitam a prisão de massa, mal dos últimos tempos, que deverá ser banida da sociedade brasileira. Colabora para que seja implantada a justiça restaurativa, postula propostas e medidas de conciliação e paz, conscientiza a sociedade para a difícil situação do sistema prisional norte mineiro; trabalha para que a ociosidade dos presidiários seja banida e substituída por estudo, trabalho: como formas de ressocialização social e integral da pessoa humana.
22. As condições das estruturas físicas das Unidades Básicas de Saúde e dos hospitais são lastimáveis, pois as mesmas se encontram sem manutenção preventiva e ou corretiva, funcionam, muitas vezes, em prédios improvisados e inadequados, com instalações elétricas, sanitárias e hidráulicas precárias e põem, em risco de vida, aqueles que as frequentam.
23. Com relação à Atenção Primária de Saúde, porta de entrada do SUS (Sistema Único de Saúde), verificam-se péssimas condições de atendimento à população, falta de equipamentos médicos, de mobílias, exames laboratoriais e até mesmo de medicamentos básicos para diabetes, hipertensão, vermífugos ou antibióticos.
24. A dificuldade no acesso à Atenção Primária e a ineficácia de sua prestação de serviço contribuem muito para a superlotação dos hospitais públicos. Em Montes Claros, a Santa Casa atende a milhares de pessoas, que muitas vezes padecem por muito tempo nas filas, mendigando uma simples consulta, um exame diagnóstico ou uma cirurgia. A deficiência no número de leitos obriga os pacientes, na maioria das vezes, a passarem semanas acomodadas no chão, em colchões ou em macas, nos corredores ou na recepção dos hospitais, à espera de um leito de enfermaria ou de UTI. Tal situação fere não só a dignidade do povo, mas também a dos profissionais de saúde que são obrigados a conviverem diariamente com cenas tão fortes. Essa situação fatídica causa o retardo do diagnóstico de doenças e,

consequentemente, uma piora de doenças já prognosticadas, ocasionando em alguns casos, a morte de pessoas, antes de elas serem atendidas. Os administradores hospitalares fazem o que podem para dar atendimento a todos. Mas faltam mais recursos governamentais para se dar melhor atendimento pelo SUS.

25. Muitas vezes, em nossa região, a saúde é troca de favores, pois cidadãos são atendidos, quando pessoas influentes, no exercício do poder, agilizam o atendimento médico-hospitalar. “Não se pode tratar só a doença, é preciso garantir a seguridade social que está estabelecida na Constituição Federal de 1988. A Atenção Básica é a porta de entrada do SUS” e o SUS não pode ser usado para fins eleitoreiros, é direito de todo cidadão e de toda cidadã.
26. O número de equipes de Estratégias de Saúde da Família (ESF), antigo PSF, também se revelou insuficiente, atendendo apenas a 40% da demanda.

Nossa realidade à luz da Evangelii Gaudium - A Alegria do Evangelho

27. Sem dúvida alguma, “mudança de época” é desafiante... Há desafios de todo tipo, que “podem deter ou enfraquecer os dinamismos de renovação missionária da Igreja, seja porque afetam a vida e a dignidade do Povo de Deus, seja porque incidem sobre os sujeitos que mais diretamente participam das instituições eclesiais e nas tarefas de evangelização”. Constatam-se situações desafiantes às ações evangelizadoras da Igreja Particular de Montes Claros:
28. **Economia de exclusão e de desigualdade social.** Essa economia mata! É a economia da competitividade, da lei do mais forte sempre contra o mais fraco, que faz do ser humano um bem de consumo. É a economia patrocinadora da “cultura do descartável”, dos periféricos, dos que não contam, dos resíduos. Das “sobras”, enfim... (cf. EG, 53).
29. **Idolatria do dinheiro.** A divinização do lucro, do mercado e da concorrência transforma-se hoje em regra absoluta. A ditadura do consumo, a ambição do ter mais, de ter mais poder não conhecem limites. Daí abrirem-se as portas de uma corrupção ramificada, de sonegações monstruosas, evasões fiscais egoístas em dimensões alarmantes (cf. EG 55).
30. **Dinheiro mais valorizado que o servir.** O dinheiro deve servir, mas não governar. A Igreja ama a todos, ricos e pobres, e lembra a seus fiéis que

eles devem ajudar os pobres, respeitá-los e promovê-los (cf. EG 58).

31. **Desigualdade social, exclusão e violência.** Todos nós clamamos por maior segurança! Enquanto não se eliminarem do convívio humano a desigualdade e a exclusão, não se acabará a violência. Sem igualdade de oportunidades, as agressões e os atos violentos vão marcar presença (cf. EG 59-60).
32. **Cultura do “eu decido”.** Cada pessoa pretende ser portadora de uma verdade subjetiva própria. Isso a impede de inserir-se num projeto comum que vai além dos benefícios e desejos pessoais. Cultivam-se as aparências, o exterior, imediato, visível, rápido, superficial e provisório (cf. EG 61-62).
33. **Secularização.** É forte e reduz a fé e a Igreja ao âmbito privado e íntimo, sem qualquer incidência na vida social (cf. EG 64).
34. **Individualismo pós-moderno e globalizado.** É marca de grande injustiça na sociedade e debilita o desenvolvimento e a estabilidade dos vínculos entre as pessoas e distorce os vínculos familiares, levando as famílias a uma crise profunda (cf. EG 66-67).
35. **Cristianismo de devoção.** É a vivência individual e sentimental da fé, que não só corresponde a uma autêntica “piedade popular”, mas também produz uma ruptura na transmissão da verdadeira fé. Essa ruptura é causada pela falta de espaços de diálogo familiar, por influências dos meios de comunicação, subjetivismo relativista, consumismo desenfreado e incrementado pela economia de mercado; falta de cuidado pastoral pelos mais pobres, ausência de um acolhimento cordial nas instituições eclesiais, bem como dificuldade que sentimos de recriar a adesão mística da fé num cenário religioso pluralista (cf. EG 70).
36. **Falta de ousadia e de enfrentar novos métodos de evangelizar a cultura urbana.** Uma cultura inédita palpita e está em elaboração na cidade, nas enormes geografias humanas, em que o cristão já não costuma ser o promotor ou gerador de sentido, mas recebe dela outras linguagens, símbolos, mensagens e referências que oferecem novas orientações de vida, quase sempre contrárias ao Evangelho. A cidade é hoje o lugar privilegiado da nova evangelização, uma vez que a grande maioria dos humanos vive nas cidades. Essa nova evangelização exige novos modos de nos relacionarmos com Deus, com os outros e com o ambiente. Só assim a Palavra de Jesus Cristo alcança a profundidade do ser urbano, levando-o a vencer práticas de segregação e violência (cf. EG 73,74).

CAPÍTULO 2

ILUMINANDO A VIDA DO DISCÍPULO MISSIONÁRIO

37. A 3ª Assembleia Arquidiocesana de Pastoral propôs para a caminhada eclesial o tema “Igreja Missionária, Comunidade de Comunidades, vivendo a Boa-nova do Evangelho” e como lema “Como Maria, somos missionários na alegria de servir”.

Igreja Missionária

38. Somos uma Igreja indispensavelmente missionária, naturalmente missionária. Uma Igreja que não pode deixar de ser missionária. Uma Igreja que vai ao encontro dos irmãos, especialmente dos afastados. Isto porque nascemos, como Igreja, da missão do Filho e do Espírito Santo e recebemos de Jesus Cristo a missão de IR ANUNCIAR O EVANGELHO A TODOS OS SERES HUMANOS (cf. Mc 16,15).
39. Papa Francisco nos diz que hoje todos somos chamados a esta nova “saída” missionária. A sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar as periferias existenciais e territoriais, que precisam da luz do Evangelho. Ele quer que sejamos uma Igreja “em saída”, que toma a iniciativa, se envolve, acompanha, frutifica e festeja (cf. EG 20-24).

Igreja, Comunidade de Comunidades

40. Só se vive cristãmente em comunidade. A Igreja é o Povo de Deus vivendo em comunidade. *Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações (At 2,42). Diariamente, todos juntos frequentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. E a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que iam aceitando a salvação (At 2, 46-47).* Viver em comunidade é procurar estar com os outros: CONVIVER. A maioria dos fiéis católicos vive como Igreja nas comunidades paroquiais. Estas têm que oferecer oportunidades de convivência entre todos os seus fiéis. Acontece que, na grande comunidade paroquial, existe uma impossibilidade de manter vínculos humanos e sociais entre todos. Donde a necessidade de setORIZÁ-la em grupos menores, em comunidades menores, onde todos se conhecem melhor, têm um jeito de viver comum,

o que favorece maior convivência, um melhor atendimento, o aumento de líderes e ministros leigos, indo mais facilmente ao encontro dos afastados (cf. Doc. 100 –244ss).

41. Para tal, as pequenas comunidades, tendo diante dos olhos as comunidades primitivas do Livro dos Atos, que devem servir de inspiração para toda comunidade que pretenda ser discípula missionária de Jesus Cristo, (cf. Doc 100, nº 104). Devem ter suas *celebrações próprias* bem inculturadas; *suas pastorais específicas*, conforme os problemas locais; *seus ministérios*, de acordo com as necessidades da comunidade; *seus conselhos* para uma boa organização comunitária.

Vivendo a Boa-nova do Evangelho

42. “Bíblia na mão, Palavra de Deus no coração e pé na missão”... Ter a Bíblia. Ler constantemente a Palavra de Deus. Refletir sobre Ela, ligando-a com a vida de cada dia – viver conforme a Palavra de Deus. E, assim, através da Bíblia tornar mais evangélica a vida pessoal e a pastoral de todos os fiéis na comunidade. A Igreja tem início com a pregação, o anúncio da Boa-nova do Reino de Deus manifestada na presença, nas palavras e nas ações libertadoras de Jesus Cristo (cf. LG, nº 5).
43. Neste anúncio, devemos partir do coração do Evangelho: “a beleza do amor salvífico de Deus manifestado em Jesus Cristo morto e ressuscitado”. *E o amor consiste no seguinte: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele que nos amou, e nos enviou o seu filho como vítima expiatória por nossos pecados* (1 Jo 4, 10). É o essencial, o mais belo, mais importante mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário, embora todas as verdades reveladas procedem da mesma fonte divina e devem ser acreditadas com a mesma fé (cf. EG, nº 34-36).

Conversão Pastoral: Condição imprescindível para ser uma Igreja missionária, comunidade de comunidades, vivendo a Boa-nova do Evangelho

44. Para sermos uma Igreja missionária, comunidade de comunidades, vivendo a Boa-nova do Evangelho, exige-se um processo de transformação permanente e integral, o que implica o abandono de um caminho e a escolha de outro. A isto chamamos de **CONVERSÃO PASTORAL**. Esta sugere renovação missionária das comunidades, para passar de “uma pastoral de

mera conservação para uma pastoral decididamente missionária”. Trata-se de uma conversão pessoal e comunitária, uma mudança de estruturas e métodos eclesiais, uma atitude nova dos pastores, dos agentes de pastoral e dos membros das associações de fiéis e movimentos eclesiais e de todos os fiéis: Uma conversão a Jesus Cristo (cf. Doc. 100, nº 51-52). *“Uma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão”* (cf. EG nº 25).

45. “Basicamente, a conversão pastoral da comunidade (paróquia) consiste em ampliar a formação de pequenas comunidades de discípulos convertidos pela Palavra de Deus e conscientes da urgência de viverem em estado permanente de missão. Isso implica revisar a atuação dos ministros ordenados, consagrados e leigos, superando a acomodação e o desânimo. O discípulo de Jesus Cristo percebe que a urgência da missão supõe desinstalar-se e ir ao encontro dos irmãos” (Doc. 100, nº 8).

46. **A perda do entusiasmo missionário e da espiritualidade missionária.** A preocupação exarcebada de autonomia e de privacidade pode levar os fiéis a viver os próprios deveres cristãos como mero apêndice da vida, como se não fizessem parte da própria identidade cristã. Confunde-se a vida espiritual cristã com alguns momentos religiosos de oração. Daí uma constante acentuação do individualismo, uma crise de identidade e um declínio no fervor missionário. Isto vai gerando um desencanto quanto à mensagem do Evangelho e da Igreja. Cresce a tentação de não se identificar com a missão evangelizadora, preocupação de todo o momento da vida. O evangelho deve ser eu! Cai-se, então, em um estilo de vida que leva a se agarrar a seguranças econômicas ou a espaços de poder e de glória, aliados a uma vontade doentia de aparecer, buscados por qualquer meio, em vez de dar a vida pelos outros na missão (cf. EG 80). É muito forte a ação de imitação de alguns agentes de comunicação de TVs católicas, mal orientados, caindo-se numa fé intimista e pouco afeita à renovação do Concílio Vaticano II. Muitos deixam de cooperar com dízimo em sua Paróquia para mandar tudo para fora.

47. **O egoísmo.** Fica-se obsessivamente preocupado com o seu tempo pessoal, temendo realizar alguma tarefa apostólica. Foge-se, assim, de qualquer compromisso que se lhe possa roubar o tempo livre. Sente-se uma necessidade premente de preservar os próprios espaços de autonomia, que sempre levam a um mergulho em uma inércia egoísta e paralisadora. Daí que as obrigações eclesiais cansam mais do que é razoável e, às vezes, façam adoecer (estresse, depressão, pânico etc.). O problema nem sempre

está no excesso de atividades..., mas, de serem atividades mal vividas, sem as motivações adequadas, ou sem uma espiritualidade de entrega que as impregne. Tornam-se os fiéis desiludidos com a realidade, com a Igreja ou consigo mesmos, e constantemente tentados a apegarem-se a uma tristeza melosa, sem esperança. Uma tentação de se embarcar numa psicologia do tûmulo que, pouco a pouco, os transforma em múmias de museu! Morre-se a alegria da evangelização... O que gera escuridão e cansaço interior, que corroem o dinamismo apostólico (cf. EG 81-83).

48. **O pessimismo estéril.** A alegria do Evangelho é tal que nada e ninguém no-la poderá tirar (cf. Jo 16,22). Os males do nosso mundo e da Igreja, longe de nos reduzir a vontade de nos entregar e o nosso ardor, devem ser vistos oportunidades de nos fazer crescer na disposição de lutar pela causa do Reino. O nosso olhar de fé deve nos tornar capazes de reconhecer a luz do Espírito Santo irradiada no meio da escuridão. O discípulo missionário não pode ser hoje profeta de desgraças, que anuncia acontecimentos sempre infaustos. Tudo, mesmo as adversidades humanas, converge para o bem daqueles que Deus ama, para o bem da Igreja, quando se acredita na misericordiosa providência do Pai. Deste modo, uma das tentações mais sérias que sufocam o fervor e a ousadia na evangelização é a sensação de derrota que nos transforma em pessimistas lamurientos e desencantados de cara azeda (cf. EG 84-85).
49. **A tentativa de escapar de uma relação pessoal e comprometida com Deus, que é, ao mesmo tempo, um compromisso com os outros.** É a tentação de procurar escapar de uma relação pessoal e comprometida com Deus, que, ao mesmo tempo, nos comprometa com os outros. Procurar livrar-nos dos outros, principalmente quando nos são incômodos. Transitar de um lugar para outro, de uma tarefa para outra, de uma paróquia para outra sem criar vínculos comunitários, profundos e estáveis. É preciso então, aprender a encontrar, conviver com os demais numa atitude adequada, que é aceitar os outros como eles são e não como gostaríamos que fossem. Valorizá-los, ver neles um “Dom de Deus”, como companheiros de caminhada. Melhor ainda, aprender a descobrir Jesus no rosto dos outros, na sua voz, nas suas necessidades e nas suas reivindicações... Enfim, estar juntos, misturar-nos, encontrar-nos, dar-nos as mãos, apoiar-nos numa verdadeira experiência na fraternidade mística contemplativa e solidária, na peregrinação sagrada por esta vida. Fechar-se é provar o veneno amargo das opções egoístas. E o ideal cristão, fundamentado na encarnação do Filho de Deus, convida-nos à revolução da ternura. A superar a suspeita, a desconfiança permanente, o

medo de sermos invadidos, as atitudes defensivas que nos impõe o mundo atual (cf. EG 87-88).

50. **O mundanismo espiritual.** Por detrás de aparência de religiosidade e até mesmo de amor à Igreja, se esconde o mundanismo espiritual: a busca, em vez da glória do Senhor, da glória humana e do bem-estar pessoal! Uma maneira sutil de procurar “os próprios interesses e não os interesses de Jesus Cristo” (Fl 2,21), alimentada por uma fé fechada no subjetivismo, que, por sua vez, fecha a pessoa na imanência de sua própria razão ou de seus sentimentos. Leva-a confiar só nas suas próprias forças por julgar superior aos outros em razão de sua fidelidade a um certo estilo católico próprio do passado. O mundanismo espiritual reveste-se de muitas formas de acordo ao tipo de pessoa e situações em que penetram. Em alguns, longe da preocupação com a inserção do Evangelho na vida do povo fiel, há uma preocupação exibicionista da liturgia, da doutrina e do prestígio da Igreja ou de si próprio. Em outros, existe o fascínio de conquistas sociais e políticas, ou uma busca de vanglória e de realização autoreferencial. Em terceiros, vemos uma vontade de se apresentar a si mesmo envolvido em uma densa vida social cheia de viagens, reuniões, jantares, recepções. Enfim, assistimos a uma tentação de um funcionalismo empresarial carregado de estatísticas, planificações, organogramas, avaliações, em que o principal beneficiário não é o Povo de Deus, mas a Igreja como organização, quando não a própria pessoa. Esta se torna mestre vaidoso e perito em pastoral, sem contato com a dolorosa realidade do nosso povo fiel, mas sempre pronta para falar o que se deveria fazer, ficando sempre de fora... Assim, em todos esses casos de mundanismo espiritual, não se percebe o selo de Cristo encarnado, ressuscitado (EG 93 -96).
51. **A Guerra entre nós.** O mundanismo espiritual nos pode levar, por inveja e ciúmes, a estarmos em guerra uns com os outros, na busca pelo poder, prestígio, prazer, ou segurança econômica. A adesão filial e cordial à Igreja é substituída por um espírito de contenda ou pela criação de pequenos grupos (guetos) na comunidade, os quais se sentem diferentes ou especiais. Eles se esquecem de que antes de tudo devemos dar um testemunho de comunhão fraterna que se torne fascinante e resplandecente. Foi o que Jesus pediu ao Pai: “que todos sejam um só em nós, para que o mundo creia” (Jo 17,21). Alegrando-nos com os frutos alheios, que são de todos, devemos ter cuidado com a inveja! O outro tem que ser visto, não como um competidor, mas como um “Dom de Deus” para nós (cf. EG 98-99).

Como Maria, somos missionários na alegria de servir

52. A 3ª Assembleia Arquidiocesana de Pastoral nos propõe Maria como Modelo para a nossa Igreja. Temos nos Evangelhos várias passagens que nos mostram a Virgem Maria como exemplo e modelo de missionária do Senhor na história humana:
53. Lc 1,38: Maria disse: *“Eis a escrava do Senhor. Faça-se em mim segundo a tua palavra”*. *Disponibilidade total para servir a Deus, na realização de Seu projeto de salvação de todos os seres humanos. E a sua vida foi uma coerência total a esta sua resposta*. Somos uma Igreja disponível a realizar, antes de tudo, o Projeto de Vida digna para todos, o Projeto do Reino de Deus? Somos coerentes em nossas atitudes na busca da realização deste projeto?
54. Lc 1,39: *“Maria partiu apressadamente para a região montanhosa, dirigindo-se a uma cidade da Judeia. Entrou na casa de Zacarias e saudou Isabel”*. *Ao saber da gravidez de sua prima, gravidez de risco, Maria não fica acomodada, em sua casa louvando a Deus por ter sido a escolhida para a mãe do Messias... Parte, e apressadamente, para se colocar a serviço de Isabel*. E com grande alegria, como nos mostra o seu canto do Magnificat. Somos uma Igreja que se apressa a sair dos espaços religiosos para apressadamente ir, com alegria, servir aos irmãos afastados das periferias, precisadas da luz do Evangelho? Ou só ficamos louvando e bendizendo a Deus pelos “benefícios e graças recebidas”, nas seguranças de nossos lugares de orações?
55. Lc 4, 52: Maria disse: *“Derruba os poderosos de seus tronos e eleva os humildes”*. Quando não temos uma política eficaz, não existe uma política social que se efetive. Percebemos que, em nossa região, para atender crianças e adolescentes empobrecidos, sempre estiveram aí presentes e ativos os movimentos que lutam em favor dessa causa, mas nem sempre são vistos como sujeitos de direitos assim como determina a lei Estatuto da Criança e do Adolescente.
56. Ao longo das atividades que vêm sendo desenvolvidas, são inúmeras situações de violência e discriminação em que crianças e adolescentes vêm sofrendo: abuso e exploração sexual familiar e extrafamiliar, prostituição, tráfico de drogas, abandono, evasão escolar, trabalho infanto-juvenil, menino e menina ainda em situação de rua, a falta de creches, de moradia digna, a discussão acerca da maioridade penal. A pastoral entende que

é preciso que todos compreendam a missão de todo cidadão, sobretudo no aspecto que diz respeito ao dever de todo cristão em defender a vida e caminhar cada vez mais para uma prática mais humanizada, tanto pela Igreja, quanto pelos organismos da sociedade civil, bem sintonizado uns com os outros, fortalecendo todos os Conselhos Paritários com o objetivo de unir as forças e cobrar das três esferas dos governos o seu verdadeiro papel social: *a preocupação pela situação das crianças e adolescentes em situação de risco nos impulsiona* em intuições proféticas que buscam a organização das respostas às necessidades das crianças e adolescentes empobrecidos, bem como suas famílias de forma efetiva.

57. Podemos ainda destacar outros desafios como o crescente número de moradores de rua, em nossas cidades. Catadores de materiais recicláveis também estão presentes em nossa região devido à grande quantidade de lixo que produzimos em nome do consumo desenfreado. No Norte de Minas, a situação do lixo é mais grave do que em outros lugares, devido ao despreparo dos “lixões” em várias cidades e ausência de centrais de reciclagem em quase todas elas. Lixões já são péssimos e os que são totalmente despreparados são tão ruins que podem até contaminar o lençol freático (água subterrânea). Órgãos públicos e privados, por interesses políticos e econômicos, escolhem locais inadequados à construção de aterros sanitários, e isso prejudica os trabalhadores e comunidades rurais desses locais. Não existe uma política efetivada para atender ao grande número de catadores e catadoras de materiais recicláveis. Poderíamos valorizar os catadores e catadoras de materiais recicláveis que ainda são invisíveis em nossa Igreja e na sociedade.
58. Podemos destacar o descaso ao idoso, à pessoa com deficiência, à mulher. A nossa região é marcada por enviar muitos trabalhadores e trabalhadoras para migração, em período de safras. Eles ficam mais tempo em território estranho do que em sua região. Como lidar com as viúvas dos maridos vivos ainda é uma realidade gritante, em nossa região.
59. Há os desafios da moradia. Por mais que o governo tenha favorecido aquisição de casas próprias para as famílias, ainda há o desafio habitacional em nossa região, sem dizer que muitos desses empreendimentos não têm sequer infraestrutura mínima: escola, posto de saúde, saneamento básico. Ainda temos o problema da adaptação das pessoas naquele lugar, pois é outro território. Como a Igreja pode ser um celeiro acolhedor destas famílias?

60. Com relação à saúde pública do Brasil, o atendimento ao cidadão e à cidadã é precário devido à falta de disponibilidade de material-equipamento-medicamentos e à carência de recursos humanos, ao não compromisso de gestores e ao reduzido número de espaços físicos adequados ao atendimento médico-hospitalar.
61. O Controle Social é outro desafio. Ele envolve a capacidade que as classes pobres, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos seus interesses de classe, tendo em vista a construção de sua hegemonia. A expressão “controle social” é alvo das discussões e práticas recentes de diversos segmentos da sociedade como sinônimo de participação social nas políticas públicas. E neste sentido somos desafiados como Igreja, atuar nestes espaços e usar os instrumentos necessários para garantia dos direitos. Como Igreja, temos assentos em muitos Conselhos, mas nem todos têm a formação adequada para este tipo de atuação. Esses Conselhos, muitas vezes, existem somente para compor cadeiras; não são lugar de garantias de direitos, denúncias e de fiscalização. Somos chamados a agir de forma colegiada, para que esses Conselhos sejam lugares de cidadania, fortalecimento das conquistas constitucionais.
62. O papa Francisco vem demonstrando, através de suas profundas palavras, gestos e documentos, que a Igreja não pode calar diante de tantas injustiças e ainda alerta que as situações de injustiça em que vive o povo poderão ainda mais se agravar, ao invés de superá-las, caso não abracemos com firmeza um projeto de vida plena. Não se pode condenar e nem descartar nossa juventude, sem antes proteger, cuidar, zelar pelas suas vidas, dando-lhe oportunidades de crescimento. Francisco, o papa, vem reforçando a esperança norteada pela atitude do Mestre Jesus: “Eu vim para servir” (Mc 10, 45). É preciso ser missionário. Ele nos chamou a unir forças com os homens e as mulheres de boa vontade que desejam construir um mundo melhor. Um mundo mais justo, mais fraterno, mais solidário e inclusivo. Papa Francisco ainda convoca a construirmos a Paz. Somos da Paz. Somos todos irmãos.
63. A dinâmica, ou melhor, o espírito do “em saída” leva Jesus e seus seguidores a sempre *partir para outras aldeias (EG 21)*, pois *uma vez lançada a semente o que se espera do semeador é que se desprenda dela* a fim de que ela possa sentir a alegria de poder fazer sua história livremente.
64. Jo 2,3: “*Faltou vinho, e a mãe de Jesus lhe disse: Eles não têm mais vinho!*”.

Numa festa de casamento em Caná da Galileia, na qual estavam presentes, como convidados, Maria, Jesus e seus discípulos, acontece um problema: a falta de vinho... Maria, mesmo sendo uma convidada, percebe a situação e tenta resolver o problema, recorrendo a Jesus. Ela ordena ao discípulo missionário: “Faça o que Jesus Cristo lhe disser”. Maria está sintonizada com a nossa vida, percebe nossas dificuldades e procura ajudar. Aponta, então, para a solução: Jesus Cristo. A nossa Igreja está sintonizada com os problemas e dificuldades de nossa gente? Procura ajudar a resolver a situação? Mostra Jesus, o Seu Evangelho, como ajuda para buscar solucionar as dificuldades da Vida? Ou é uma Igreja que “olha só para si, para o seu próprio umbigo, e os outros que se danem”?

65. Jo 19,25: “*A mãe de Jesus, a irmã da mãe dele, Maria de Cléofas, e Maria Madalena estavam junto à cruz*”. Junto da cruz onde o Filho estava dependurado, chorando, estava de pé a Mãe... Ela acompanhou, certamente, todas as etapas da condenação, os sofrimentos e até a morte do Filho, numa atitude de se fazer presente para ajudá-Lo, tentando minorar os seus sofrimentos. A Nossa Igreja se faz presente, hoje, às pessoas sofridas e “lascadas” da vida? Ajuda-as a suportarem as agruras de suas vidas? É “hospital da campanha” que acolhe todos os feridos, como disse Papa Francisco? Está no meio da gente sofredora e dos sete milhões de brasileiros que passam fome?... Ou prefere “paparicar” os ricos, fazendo, muitas vezes, o “jogo das elites” dominadoras e injustas?
66. Deus nos chama para atuar na Igreja Particular de Montes Claros e fazer acontecer, nessa comunidade eclesial, “Seu Projeto do Reino”. Ajudados pela Palavra de Deus, pelo Evangelii Gaudium de Papa Francisco e pelas Diretrizes da CNBB (2015-2019), vislumbramos:
- a) Ser Igreja em estado permanente de missão,
 - b) Ser Igreja casa da iniciação cristã e comunidade de comunidades,
 - c) Ser Igreja da animação bíblica da vida e da pastoral,
 - d) Ser Igreja a serviço da vida plena e da conversão pastoral.
67. Ao longo da preparação da 3ª AAP, após reflexões e estudos do tema e lema dessa Assembleia foram apresentadas as urgências da ação evangelizadora e suas respectivas palavras chaves, a saber: Missão, Convivência, Boanova e Conversão que serão esclarecidas detalhadamente no capítulo 3: O agir do discípulo missionário.

CAPÍTULO 3

O AGIR DO DISCÍPULO MISSIONÁRIO

68. A partir das urgências da evangelização, a Igreja Particular de Montes Claros em sua 3ª Assembleia Arquidiocesana de Pastoral se compromete:

Ser Igreja em estado permanente de missão

Palavra-chave: MISSÃO

69. Em toda a sua história, a Igreja nunca deixou de ser missionária. Em cada tempo e lugar, esta missão assume perspectivas distintas, nunca, porém, deixa de acontecer. Se hoje partilhamos a experiência cristã, é porque alguém nos transmitiu a beleza da fé, apresentou-nos Jesus Cristo, acolheu-nos na comunidade eclesial e nos fascinou pelo serviço ao reino de Deus (nº 35, DGAE 2015-2019).
70. Cabe à comunidade eclesial perguntar quais são os grupos humanos ou as categorias sociais que merecem atenção especial e lhes dar prioridade no trabalho de evangelização. Entre esses grupos estão pessoas que vivem na periferia de nossas cidades, indígenas e afrodescendentes, intelectuais, artistas, políticos, formadores de opinião, esportistas, trabalhadores com grande mobilidade, nômades, pessoas com deficiências etc. Importa ir ao encontro deles, não apenas nas famílias e nas residências, nas periferias existenciais, mas também em todos os ambientes (nº 75, DGAE 2015-2019).
71. A formação dos discípulos missionários precisa articular fé e vida e integrar cinco aspectos fundamentais: *o encontro com Jesus Cristo; a conversão; o discipulado; a comunhão; a missão* (nº 91, DGAE 2015-2019).
72. Organizar a animação missionária da Arquidiocese, levando em consideração a nomenclatura da CNBB – COMIP (Paróquia), COMIDI (Arquidiocese) e COMIRE (Regional)
73. **Estratégias:** *Formação integral permanente (humana, bíblica, teológica, social); projetos missionários nos seminários e casas de formação; o mesmo com diáconos e presbíteros; nas paróquias com os leigos e leigas; mapeamento da realidade paroquial; criação de frentes de serviço e de evangelização.*

Ser Igreja casa da iniciação cristã e comunidades de comunidades

Palavra-chave: CONVIVÊNCIA

74. Iniciação à vida cristã significa conhecer Jesus Cristo, fascinar-se por Ele e optar por segui-Lo. “A admiração pela pessoa de Jesus, seu chamado, e seu olhar de amor despertam uma resposta consciente e livre desde o mais íntimo do coração do discípulo” (DAp 136). Vida cristã é, pois, a resposta da pessoa ao chamado, à convocação divina através do Senhor Jesus Cristo, para anunciar e fazer acontecer Seu Projeto de Vida, o Reino de Deus. E é na Igreja que se vive esta resposta.
75. No âmbito católico, um considerável número de pessoas se afasta, por diferentes razões, da comunidade eclesial, sinal da “crise do compromisso comunitário”. Constatam-se, em algumas comunidades, situações que interpelam a ação evangelizadora: a persistência de uma pastoral de manutenção em detrimento de uma pastoral decididamente missionária; a compreensão da comunidade mais como mera prestadora de serviços religiosos do que lugar de vivência fraterna da fé; a passividade do laicato, maior do que o engajamento nas diversas instâncias da vida social; a concentração do clero em determinadas áreas, mais do que a efetiva solidariedade eclesial; a tendência de centralização excessiva, mais do que o serviço da comunhão e participação; mundanismo sob vestes espirituais e pastorais, mais do que a efetiva conversão; sinais de apegos a “vantagens e privilégios”, mais do que o espírito de serviço; celebrações litúrgicas que tendem mais à exaltação da subjetividade do que uma linguagem acessível e atual; a tendência à uniformidade do que a unidade na diversidade. Sente-se a necessidade de encontrar uma nova figura de comunidade eclesial, acolhedora e missionária (nº 26, DGAE 2015-2019).
76. Daí a importância do primeiro anúncio e da iniciação à vida cristã, a qual não acontece plenamente se não se tem contato com a Sagrada Escritura (nº 33, DGAE 2015-2019).
77. A busca sincera por Jesus Cristo faz surgir a correspondente busca por diversas formas de vida comunitária. Alimentados pelo pão da Palavra e da Eucaristia, articuladas entre si na partilha da fé e na missão, estas comunidades se unem, dando lugar a verdadeiras comunidades de comunidades. Ai se encontram as Comunidades Eclesiais de Base e outras formas válidas de pequenas comunidades (nº 57, DGAE 2015-2019).

78. A experiência comunitária, quando efetivamente vivida à luz da Boa-nova do Reino de Deus, conduz ao empenho para que a fraternidade e união sejam assumidas em todas as instâncias da vida. Para isso, no interior da comunidade eclesial, o diálogo é o caminho permanente para a boa convivência e o aprofundamento da comunhão. A variedade de vocações, carismas, espiritualidades e movimentos é uma riqueza e não motivo para competição, rejeição ou discriminação. Grande é o desafio da educação para a vivência da unidade na diversidade, fundada na consagração batismal e no princípio de que todos são irmãos e iguais em dignidade (Gl 3,27-29). Quanto maior for a comunhão, tanto mais autêntico e eficaz será o testemunho da comunidade (nº 61, DGAE 2015-2019).
79. Queremos decididamente trabalhar pela renovação de nossas Paróquias para que elas sejam verdadeiras comunidades, seguidoras de Jesus Cristo, voltando à simplicidade do Evangelho. Entendemos por Comunidade a união das pessoas entre si e com o Deus Trindade (Doc. 100, CNBB, nº 170), no seguimento de Jesus Missionário. Sabemos que a grande comunidade impossibilita de manter os vínculos humanos e sociais entre todos (cf. CNBB, Doc. 100, nº 244). Por isso, vamos nos empenhar pela organização de Grupos de Base, de Círculos Bíblicos, e outros onde o relacionamento de irmãos seja real, eficaz, acolhedor e atento à escuta das pessoas. Para isso, vamos buscar lideranças para coordenar estes grupos e nos dedicar à formação destas lideranças (cf. CNBB, Doc. 100, nº 245). Convocamos nossos padres, diáconos e nossos Conselhos Paroquiais e Comunitários e demais Organismos de Pastoral para terem como principal preocupação e ação o incentivo e organização destes grupos de convivência fraterna entre si e de solidariedade com os sofredores, reconhecendo que somos todos filhos e filhas do mesmo Pai, o Pai Nosso. Os Conselhos Paroquiais e Comunitários que sentirem dificuldades para realizar esta tarefa recorram aos Coordenadores Arquidiocesanos de Pastoral e estes, junto com a COARPA, providenciem meios para ajudá-los.
80. **Estratégias:** *setorização; reforçar os organismos pastorais para atingir os afastados; revitalizar conselhos arquidiocesanos, paroquiais e comunitários, tendo em vista a nova realidade-sócioeclesial; projeto paróquias irmãs e dioceses irmãs; catequese de inspiração catecumenal; reforçar a Acolhida, a Visitação e a Escuta.*

Ser Igreja da animação bíblica da vida e da pastoral

Palavra-chave: BOA-NOVA

81. A Palavra de Deus, alimentando, iluminando e orientando toda a ação pastoral, transborda para a totalidade da existência de pessoas e grupos, tornando-se luz para o caminho (SI 119, 105) (nº 33, DGAE 2015-2019).
82. O discípulo missionário é convidado a redescobrir o contato pessoal e comunitário com a Palavra de Deus como lugar privilegiado de encontro com Jesus Cristo. A Igreja hoje tem consciência de que “particularmente as novas gerações têm necessidade de ser introduzidas na Palavra de Deus através do encontro e do testemunho autêntico do adulto, da influência positiva dos amigos e da grande companhia que é a comunidade eclesial” (nº 49, DGAE 2015-2019).
83. Em todos os níveis da ação evangelizadora, sejam criadas e fortalecidas equipes de animação bíblica da pastoral. Essas equipes impulsionam a responsabilidade de todos batizados com relação à Palavra de Deus. Entre as atividades que se propõem sobressaem, em particular, aquelas que *reúnem grupos de famílias, círculos bíblicos e pequenas comunidades em torno da meditação e vivência da Palavra*, em estreita relação com seu contexto social, e os cursos e escolas bíblicas, voltados, sobretudo, para leigos e leigas (nº 96, DGAE 2015-2019).
84. Devem ser estimuladas iniciativas que permitem colocar a Bíblia nas mãos de todos. É necessário ajudar a ler e interpretar corretamente a Escritura (nº 97, DGAE 2015-2019).
85. **Estratégias:** *grupos de estudos bíblicos; círculos bíblicos; técnicas para abordagem bíblica na pastoral; escola bíblica; assessoria bíblica permanente por parte da Arquidiocese às Paróquias e Organismos Pastorais.*

Ser Igreja a serviço da vida plena e da conversão pastoral

Palavra-chave: CONVERSÃO

86. O papa Francisco afirma: “prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças (nº 13, DGAE 2015-2019).

87. A Igreja, “Mãe de coração aberto”, “casa aberta do Pai”, conclama a todos para reunir-se na fraternidade, acolher a Palavra, celebrar a Palavra, celebrar os sacramentos e sair em missão, no testemunho, na solidariedade e no claro anúncio da pessoa e da mensagem de Jesus Cristo (nº 14, DGAE 2015-2019).
88. Os desafios existem para serem superados. Não deixemos que nos roubem a força missionária. Este é um tempo para responder missionariamente à mudança de época como recomeçar a partir de Jesus Cristo, através de “novo ardor, novos métodos e nova expressão”, com “criatividade pastoral” (nº 29, DGAE 2015-2019).
89. Nenhuma atividade pastoral pode se realizar sem referência à liturgia (nº 46, DGAE 2015-2019).
90. Através da promoção da cultura da vida, os discípulos missionários de Jesus Cristo testemunham verdadeiramente sua fé naquele que veio dar a vida em resgate de todos, comprometendo-se de modo especial com os pobres e excluídos, em vista da construção de uma sociedade justa e fraterna (nº 64, DGAE 2015-2019).
91. O serviço à vida começa pelo respeito à dignidade da pessoa humana, através de iniciativas como:
 - a) defender e promover a dignidade da vida humana em todas as etapas da existência, desde a fecundação até a morte natural;
 - b) tratar o ser humano como fim e não como meio, respeitando-o em tudo que lhe é próprio: corpo, espírito e liberdade;
 - c) tratar todo o ser humano sem preconceito nem discriminação, acolhendo, perdoando, recuperando a vida e a liberdade de cada pessoa, tendo presentes as condições materiais e o contexto histórico, social, cultural em que cada pessoa vive. Neste sentido, destaca-se a importância da Campanha da Fraternidade, que está entre as ações eclesiais de maior impacto na sociedade (nº 110, DGAE 2015-2019).
92. Um olhar especial merece a família, patrimônio da humanidade, lugar e escola de comunhão, primeiro espaço para a iniciação à vida cristã das crianças, no seio da qual, os pais são os primeiros catequistas. Tão importante é a sua importância que precisa ser considerada “um dos eixos transversais de toda a ação evangelizadora”. Portanto, é preciso uma pastoral intensa, vigorosa e frutuosa, capaz de animar a vivência da santidade no matrimônio

e na família, atendendo também as diversas situações familiares e reivindicando as condições socioeconômicas necessárias ao bem-estar da pessoa, da família e da sociedade (nº 111, DGAE 2015-2019).

93. **Estratégias:** *Fórum permanente de debates de questões pastorais urbanas e rurais; resgate da espiritualidade cristã; valorização dos ministérios leigos; misericórdia deve ser a ordem do dia nos relacionamentos; ação pastoral que ajude a resolver os problemas reais da pessoa humana; articulação do Setor Social Arquidiocesano e Paroquiais; partindo das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2015-2019) articular o Plano de Evangelização da Arquidiocese e das Paróquias.*

Como Agir

Organismos Pastorais a Serviço da Renovação Paroquial

94. O documento de Santo Domingo afirma que “a paróquia, comunidade de comunidades e movimentos, acolhe as angústias e esperanças dos homens e mulheres, anima e orienta a comunhão, participação e missão” (SD n.58).
95. O Documento de Aparecida insiste que a “renovação das paróquias exige a reformulação de suas estruturas para que seja uma rede de comunidades e grupos capazes de se articular, conseguindo que os participantes se sintam realmente discípulos missionários de Jesus Cristo em comunhão” (DAP nº 99, 179 e 309).
96. Hoje se faz necessário repensar a nossa maneira de agir pastoralmente tanto nas comunidades rurais quanto nas urbanas.
97. A paróquia renovada deve ser entendida como uma autêntica comunidade de comunidades, seguidora de Jesus Cristo na centralidade da Palavra de Deus, na unidade e comunhão com os bispos, na celebração dos sacramentos, no compromisso evangelizador e missionário e a solidariedade com os mais pobres.
98. Pode-se entender hoje comunidade não somente no sentido de lugar onde se tem domicílio, mas comunidade pode ser entendida também como todo lugar de relações contínuas.
99. Atenção se deve dar à comunidade dos moradores de rua, à comunidade dos universitários, à comunidade dos empresários ou artistas, à comunidade

hospitalar e escolar, às comunidades terapêuticas, às comunidades de vida e aliança, às comunidades ambientais, às comunidades tradicionais (quilombolas, afrodescendentes, indígenas, etc.).

100. A 3ª Assembleia Arquidiocesana de Pastoral, relendo os documentos de Medellín, Puebla, Santo Domingo, Aparecida, os diversos Planos Nacionais de Evangelização e os mais variados pronunciamentos Pontifícios e Episcopais, propõe que a paróquia se reorganize a partir do Conselho de Pastoral para encontrar meios eficazes para realizar as estratégias das palavras-chaves assumidas no Capítulo 3 deste Documento Arquidiocesano.
101. O Conselho de Pastoral Paroquial (CPP) se organizará por uma coordenação presidida por um padre, auxiliado por um conselheiro, um vice-conselheiro, um secretário, um vice-secretário, por um coordenador da Comissão Setor Social, um coordenador da Comissão Testemunho de Comunhão, um coordenador da Comissão Litúrgica, o conselheiro comunitário, os coordenadores de pastorais, movimentos e associações.
102. Para melhor articulação das estratégias das palavras-chaves do Capítulo 3 das Novas Diretrizes Pastorais da Igreja de Montes Claros, sugere-se a organização de subcomissões pastorais.
103. Essas subcomissões pastorais serão assim chamadas: subcomissão pastoral para a Missão; subcomissão pastoral para a Convivência; subcomissão pastoral para a Boa Nova; subcomissão pastoral para a Conversão.
104. Toda essa organização deverá ser mantida em estreita comunhão com o Arcebispo e sua Coordenação Pastoral.
105. Fazem parte da Comissão Setor Social: Pastorais da Saúde, da Criança, do Menor, do Povo de Rua, da Sobriedade, Carcerária, Universitária, da Comunicação (PASCOM), do Surdo, da Pessoa Idosa, da Educação e Diálogo Ecumênico e Inter-religioso, da Terra (CPT), Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), Caritas, Escola de Fé e Política, Nosso Lar, Associação de Apoio Proteção e Amparo à Criança (AAPAC), Conselho Arquidiocesano de Leigos e Leigas (COARLE), Comunidades Eclesiais de Base (CEB).
106. Fazem parte da Comissão Testemunho de Comunhão: Pastorais do Dízimo, Familiar, Catequese, Batismo, Infância, Adolescência e Juventude

Missionárias, Setor Juventude, Serviço de Animação Vocacional (SAV), Conferência dos Religiosos do Brasil - Núcleo de Montes Claros (CRB); Movimento Mãe Rainha; Legião de Maria; Encontro de Casais com Cristo (ECC); Caminho de Damasco/Movimento de Cursílho da Cristandade; Oficina de Oração e Vida; Renovação Carismática Católica (RCC); Evangelização 2000; Apostolado da Oração; Comunidades de Vida e Aliança; Equipes Missionárias Paroquiais (EMPS); grupos de reflexão; grupos de terços nas casas; Curso de Teologia para leigos; grupos de terços dos homens e Associação Arautos do Evangelho e Sociedade de Vida Apostólica Virgem Flor do Carmelo.

107. Fazem parte da Comissão Litúrgica: Pastoral Litúrgica; Ministros Extraordinários da Comunhão Eucarística, da Palavra, das Exéquias; Coroinhas; Acólitos; Equipes de Animação; Comentaristas; Leitores; Salmistas; Precistas; Equipes de Acolhida; Equipes de dança e teatro.
108. Cada comunidade deverá ter seu Conselho de Pastoral Comunitário (CPC), porém em estreita comunhão e participação com o Conselho de Pastoral Paroquial.
109. Cada comunidade ambiental ou tradicional (veja nº 99) terá sua organização própria, porém em estreita comunhão e participação com o Conselho de Pastoral Paroquial.
110. O Conselho Econômico Paroquial (CEP) se organizará, conforme Regimento próprio, oferecido pelo Conselho Econômico Arquidiocesano.
111. A Secretaria Paroquial deverá ser um lugar por excelência de acolhida e de facilitação das informações e orientações pastorais, e o seu expediente deverá favorecer o atendimento dos fiéis.
112. O horário de atendimento dos padres e diáconos deve ser fixo e informado aos fiéis.
113. As Equipes de Escuta devem ter seu horário e local comunicados aos fiéis.
114. Que as Assembleias Pastorais Paroquiais e Comunitárias sejam espaço de comunhão e participação na descoberta de novos caminhos para a ação evangelizadora da Igreja.
115. A Comissão Setor Social Paroquial, além das atividades já desempenhadas pelos seus organismos componentes, deverá também articular o rosto

social da paróquia bem como a captação de recursos para seus projetos específicos e em parceria com a subcomissão pastoral Conversão promoverão toda a defesa da vida (ver estratégias CONVERSÃO (nº 93)

116. A Comissão Testemunho de Comunhão, além das atividades já desempenhadas pelos seus organismos componentes, deverá também, em parceria com a subcomissão pastoral MISSÃO e a subcomissão pastoral CONVIVÊNCIA, ajudar na revitalização da vida comunitária, conforme descrito anteriormente em novos conceitos de vida comunitária (ver nº 96 e 97 e estratégias MISSÃO E CONVIVÊNCIA nº 73 e 80).
117. A Comissão de Liturgia, além das atividades já desempenhadas pelos seus organismos componentes, atuará em parceria com a subcomissão pastoral BOA-NOVA para a animação bíblica da vida e da pastoral (ver estratégias BOA-NOVA nº 85). Lembramos que há na Arquidiocese o Diretório Litúrgico Pastoral para formação permanente.
118. Todo esse processo de renovação paroquial deverá ser entendido como uma ação evangelizadora orgânica e organizada, para atingir não só os afastados da vida eclesial, como também animar e entusiasmar os que já estão engajados.

CAPÍTULO 4

NORMAS PARA ORGANISMOS PASTORAIS DA IGREJA DISCÍPULA MISSIONÁRIA

1. PASTORAL DO BATISMO

119. O Batismo é o banho que Jesus Ressuscitado dá, através da Igreja, a cada um de nós que acredita em Deus, Pai de Jesus e nosso Pai. Crer no Deus revelado por Jesus é abraçar, para valer, a causa d'Ele e se comprometer, em todos os pontos, com o sentido de vida que, no Evangelho, Ele oferece, com seu ensino e prática, como Boa Nova do Reino de Deus. Jesus, por esse banho sagrado:
- a) purifica-nos dos pecados;
 - b) faz-nos renascer e renovar pelo seu Espírito Santo (*Tt 3, 5*);
 - c) marca-nos espiritualmente com um sinal indelével de que pertencemos a Ele;
 - d) torna-nos novas criaturas, filhos e filhas adotivos de Deus;
 - e) nos insere na comunidade cristã para formar um corpo, Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja.
120. Pelo Batismo, participamos da Morte e Ressurreição de Jesus. É nossa Páscoa. Tornamo-nos Templo do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, Jesus nos faz entrar na Comunidade de todos os que estão unidos a Ele, Ressuscitado, pela mesma Fé e pelo mesmo Batismo. Nele, somos irmãos e irmãs uns dos outros para formarmos um só Corpo, sua Igreja.
121. O ato do nosso Batismo exige conversão contínua e radical de nosso ser e nosso agir; exige que se mude em nós a raiz pagã, marcada pelo pecado, de onde brotam nossas ideias, nossos pensamentos, nossos desejos, nossas decisões e nossas ações de velhas criaturas. Seremos criaturas novas identificadas pela vida no Espírito, criadas por Deus na justiça e na santidade da verdade. Quer dizer que essa conversão não pode ser somente formalidade: praticar gestos exteriores, cultivar costumes cristãos sem nenhuma mudança no íntimo, sem convicção. Como também não pode ser somente uma convicção interior sobre pontos do Evangelho, continuando as práticas exteriores injustas de sempre. A conversão deve conter uma mudança pessoal e, ao mesmo tempo, uma prática de luta pela

transformação do mundo segundo o Espírito de Cristo, esforçando-nos por fazer cair os falsos valores que sustentam um sistema social que transgride os mandamentos do amor. Devemos, com o testemunho de nossa vida, construir uma sociedade nova, justa e solidária.

122. No Batismo, começa o compromisso cristão de amar a Deus, como Pai, e ao próximo, como irmão. Pelo Batismo, assumimos o compromisso de levar para frente a proposta de Jesus, guiados pelo Espírito Santo e o compromisso de lutar para transformar este mundo num mundo de irmãos onde não haja necessitados (*At 4, 34-45*). No Batismo de crianças, os pais e os padrinhos devem estar vivendo esses compromissos para poderem, com o testemunho de sua vida e suas palavras, ajudá-las a crescer como cristãs.
123. As Equipes de Batismo, na aplicação das normas que virão em seguida, não devem esquecer-se da Caridade Pastoral. Não há lei maior do que amar a Deus e ao próximo. Acresce que a necessidade do Batismo para a salvação, expressa no Cân. 849, é um critério de valor fundamental para toda a pastoral batismal.
124. Os missionários do Batismo que entregam o comprovante assinado sem transmitir-lhes a Palavra de Deus na Bíblia e os padres e diáconos que realizam o Batismo sem a devida preparação dos pais e padrinhos, estão tirando deles a oportunidade de conhecerem Jesus e do engajamento futuro dessas crianças na participação da sua Comunidade-Igreja. Tal atitude configura-se como falta de Caridade Pastoral. Quem pratica esse ato não serve a Jesus, e sim a si mesmo.
125. Em nossa Arquidiocese, onde nos comprometemos a ser Igreja Missionária, Comunidade de Comunidades, queremos uma Pastoral do Batismo, que reforce a vida das Comunidades e de seus Grupos de Base. Para conseguir-lo, a 3ª Assembleia Arquidiocesana de Pastoral mantém a norma introduzida desde agosto de 1991: *Fica decidido continuar o processo mínimo exigido para a Celebração do Batismo.*

Preparação

126. A atual realidade dos fiéis católicos e os desafios existentes para com a fé cristã exigem a preparação das pessoas para receberem os Sacramentos. Com relação ao Batismo, a AAP propõe:

- a) Constituir uma Equipe Central na Paróquia, com acompanhamento do

- Padre;
- b) Descentralizar até se conseguirem várias equipes em todas as comunidades. Cada comunidade deverá contar com três missionários, no mínimo, para a evangelização das famílias;
 - c) Promover a formação dos missionários, através da Equipe Paroquial e com ajuda dos missionários arquidiocesanos do batismo (*dois representantes paroquiais do Setor Centro*);
 - d) A evangelização para o Batismo seja feita em três encontros no mínimo, uma reunião por semana, na casa dos pais, ou no Salão Paroquial, ou Salão da Comunidade, usando a dinâmica do diálogo e evitando, terminantemente, as palestras. Cada grupo consta daqueles que fizeram suas inscrições na Secretaria Paroquial ou com os próprios Missionários do Batismo. Em caso de uma família incompleta, ou seja, se um dos pais estiver ausente, é válida a participação de apenas um;
 - e) Essa evangelização seja rigorosamente assumida por todas as Paróquias da Arquidiocese; os párocos respeitem as normas votadas na Assembléia e assinadas pelo Senhor Arcebispo, e não criem normas diferentes das estabelecidas pela 3ª AAP;
 - f) Nos encontros, os missionários do Batismo devem acolher bem os pais e padrinhos, criando um bom relacionamento, partilhando ou ensinando a Palavra de Deus na Bíblia, ajudando-os a compreender o que é ser cristão, conhecer sua Comunidade Eclesial, o horário das Celebrações Eucarísticas e das Celebrações da Palavra, os grupos de oração, o uso da Bíblia, ajudando-os a formar comunidades e nelas viverem inseridos. Pelo Batismo, somos convidados a formar um só corpo (*1Cor 12,12-30*). Esse corpo é a comunidade; é nela e com ela que somos salvos (cf. At 2,37-47);
 - g) A Equipe Missionária do Batismo, nas Paróquias, deverá formar uma subequipe para atender casos especiais, como evangelização no sábado, nos feriados, pela manhã, à tarde ou à noite, para disponibilizar atendimento às categorias de pessoas, como: estudantes, vigilantes, trabalhadores de turno, etc., que não podem participar das reuniões regulares.

Entrevista

127.A entrevista se compara com a arrumação da casa. Algumas famílias visitadas necessitam da:

- a) estrutura familiar: organização da vida familiar, casamento religioso e ou

- civil, registro de filhos, acolhida na Igreja;
- b) estrutura cristã: ensinar a rezar, preparar para confissão, mostrar o valor da Eucaristia, encaminhar filhos ou pessoas da família para a catequese e para a crisma, preparar idosos ou doentes para receber a Unção dos Enfermos, receber a Confissão e a Comunhão Eucarística;
 - c) estrutura social: auxílio de cesta básica, roupas, material de higiene pessoal, encaminhamento de pessoas à Associação dos Alcoólatras Anônimos (AAA).
128. A equipe deverá, em mutirão, ajudar a família visitada ou necessitada a ter dignidade de filhos de Deus. Os Missionários do Batismo busquem soluções adequadas e eficientes para a promoção social dos menos favorecidos.
129. A entrevista é ponto forte para a evangelização do Batismo. É um momento de confiança, confidências; por isso, deverá ser feita na casa dos pais, detectando as diversas situações existentes (primeira conversão, não engajados, engajados, afastados), que está vivendo aquela família. A entrevista é particular e sigilosa. É preciso que o missionário do batismo observe a estrutura familiar, a estrutura cristã, e a estrutura social dos entrevistados para a escolha dos textos bíblicos, que serão mais apropriados para estas realidades: a ajuda moral, a ajuda espiritual e a ajuda social.

Como fazer uma Entrevista

130. A entrevista ajuda os missionários da Pastoral do Batismo a aplicar a evangelização mais apropriada aos fiéis que pedem o Sacramento do Batismo; por isso, é necessário:
- a) Conhecer a família, alegrar-se com ela e identificá-la, detectando suas necessidades moral, espiritual e social;
 - b) Receber a ficha, ligar marcando o dia e a hora da entrevista, pedir a presença dos padrinhos (se não tiver telefone, visitá-los e marcar o dia).
 - c) Acolhida: apresentação da equipe;
 - d) Oração: Sinal da Cruz, Vinde Espírito Santo, Pai Nosso, Ave-Maria, Cantos;
 - e) Leitura e partilha bíblica (Mt 28, 16-20 – Ordem de Jesus para nós);
 - f) Conversa: conhecer a estrutura familiar (se são casados no religioso e no civil), a estrutura cristã (se receberam os Sacramentos, se frequentam a Igreja, situação dos filhos) e a estrutura social (situação financeira, desempregados, filhos na escola);
 - g) Conferir a ficha com o Registro Civil (se a criança não foi registrada, os

- Missionários do Batismo deverão providenciar o registro);
- h) Marcar o primeiro encontro na casa de um dos entrevistados; se possível, indicar o texto bíblico que será partilhado no encontro, pedir para levar a Bíblia. No primeiro encontro se fará a apresentação de todas as pessoas.
- i) Sugestões de textos bíblicos para a entrevista:
- Dt 23, 21-23 – Se fizeres um voto ao Senhor...
 - Gl 6,7 – De Deus não se zomba...
 - Ex 17, 8-15 – A oração vence qualquer guerra...
 - Rm 10, 9-14 – É professando com a boca que se chega à salvação.

Evangelização

131. A evangelização de pais e padrinhos poderá acontecer em seu domicílio ou na Paróquia escolhida por eles.
132. Quando os pais e padrinhos quiserem celebrar o Batismo de seus filhos e afilhados, deverão entrar em contato com os Missionários do Batismo de sua comunidade local com bastante antecedência, mesmo antes de a criança nascer, ou procurar a Secretaria da Paróquia e fazer a inscrição. Se por motivo de trabalho os padrinhos (médicos, caminhoneiros, plantonistas, viajantes, etc.), não puderem acompanhar os encontros regulares, os missionários do batismo ou a subequipe vão evangelizá-los. O importante é evangelizar e batizar.
133. Para os que já participaram de encontros preparatórios, a evangelização para outras celebrações batismais não devem ser simples repetição dos primeiros encontros preparatórios, mas uma avaliação e retomada dos compromissos assumidos, com o aprofundamento da doutrina sobre o Batismo e intensificação da vida de oração.

Acompanhamento

134. Depois do Batismo, a equipe encaminhará as famílias, de acordo com o que foi ouvido na entrevista, para:
- A Pastoral Familiar,
 - O Bom Pastor,
 - A Catequese Infantil,
 - A Catequese de Perseverança,
 - O Grupo de Oração,

- A Associação dos Alcoólicos Anônimos,
- Os Grupos de Círculos Bíblicos ou de Reflexão,
- A Equipe de Missionários do Batismo.

135. Essas pastorais ou movimentos devem ajudar as pessoas a se integrarem na comunidade e acompanhar o crescimento delas.

Casos Especiais

136. A escolha de padrinhos e madrinhas e a situação religiosa dos próprios pais são desafios encontrados em nossas comunidades. Diante disso, a AAP propõe:

Pais e Padrinhos não casados na Igreja

137. Os pais que vivem como marido e mulher e podem se casar na Igreja, mas não o são, ao participarem da evangelização do Batismo e da vida da comunidade, vão compreender que, para viver como família cristã, educar as crianças na fé, devem realizar o Sacramento do Matrimônio. A evangelização para o casamento religioso e também para o civil, se for o caso, será feita com auxílio da equipe de casos especiais da Pastoral Familiar.

138. Tendo feito a Entrevista e conhecendo a situação do casal, os missionários do Batismo, em comunhão com o Pároco e a equipe de Pastoral Familiar, procurarão ajudar o casal. Caso não queira se casar, é preciso que os missionários desvendam com calma, o motivo verdadeiro desta atitude (timidez de chegar até a igreja, despesas e luxo excessivos, desnecessários, etc.) Não deve haver casamento forçado só para se conseguir o Batismo de uma criança.

139. Se os pais vivem como marido e mulher, não são casados na Igreja e não há possibilidade de se realizar o Sacramento do Matrimônio, eles poderão batizar seus filhos, desde que se proponham a seguir a caminhada da Igreja em sua comunidade, participar das celebrações e a viver segundo os critérios evangélicos de partilha, justiça e transformação do mundo para uma sociedade justa e solidária. Isto vale também para mães e pais solteiros.

140. Há pais que, mesmo sendo casados na Igreja, e apesar de toda acolhida, abertura e esforço dos missionários do Batismo, se recusam terminantemente

a participar de qualquer evangelização e da vida da comunidade. Vivem afastados dos critérios evangélicos, não mostram nenhum sinal de querer viver como família cristã. Nessa lamentável ocorrência, não há condições de seus filhos serem admitidos ao Batismo. Falta-lhes toda esperança de serem educados como cristãos, e o Batismo será, então, adiado. Se os pais não mudarem de atitude, o filho ou filha ficarão sem o Batismo até a idade em que ele mesmo ou ela mesma quiserem assumir a responsabilidade pelo seu Batismo. Nesse caso, os Missionários do Batismo e toda comunidade não deixem, na medida do possível, de acompanhar a criança, despertando nela o desejo desse Sacramento.

141. Se, pelo menos um dos dois, o pai ou a mãe, tiver boa vontade e participar da comunidade, o Batismo será celebrado sob a responsabilidade maior dos padrinhos. Se o pai desta criança não quiser participar da evangelização, mas reconheceu, no registro civil, sua paternidade, o seu nome constará na ficha com a observação: o pai não participou da evangelização.
142. Quanto aos padrinhos e madrinhas, os pais sejam bem orientados nas pregações e catequese para escolhê-los bem. Conforme a lei da Igreja (*Cf. Cânon 874*), para que possam assumir de verdade a responsabilidade de ajudar os pais na educação da vida cristã de seus filhos o padrinho e a madrinha devem:
 - a) Ter no mínimo 16 anos completos;
 - b) Ser católico batizado, crismado, ter feito a Primeira Comunhão e viver de acordo com a fé. Pessoas que vivem maritalmente e não são casadas na Igreja não preenchem as condições para serem aceitas como padrinhos ou madrinhas. Os missionários do batismo não se devem admirar se o pároco, atendendo a critérios pastorais válidos, agir diferentemente em casos muito especiais. Convém que os pais não escolham para padrinho e madrinha pessoas que moram muito longe ou em outros Estados que, ordinariamente, não poderão zelar pela fé de seus possíveis afilhados;
 - c) Todas as normas do Batismo de criança, as quais se referem aos padrinhos, são válidas também para o padrinho ou madrinha de crismandos.

O Batismo da criança entre 6 e 12 anos completos

143. Se a criança já completou 6 anos e não foi batizada, deverá primeiro entrar no catecismo com as outras crianças que se preparam para a Primeira Comunhão. Deverá receber também a evangelização para o Batismo, pois

os dois Sacramentos serão celebrados na mesma época. É dever dos pais acompanhar de perto, com a equipe de catequese, a evangelização de sua criança. Quando se aproximar a data do Batismo, deverão participar, com os padrinhos, dos encontros preparatórios e devem ser lembrados do sentido da Eucaristia. Não deve ficar sem Batismo uma criança catequizada, mesmo que seus pais não queiram participar da comunidade Eclesial. Feita a Primeira Comunhão, a criança continua na Catequese de Perseverança, preparando-se para a Crisma.

Batismo de criança a partir de 12 anos – Batismo de adultos

144. As pessoas enquadradas nessa situação e que desejam ser batizadas, além da evangelização para o Batismo, devem ser evangelizadas também para receber a Crisma e a Primeira Comunhão. Sejam ainda catequizadas sobre a Confissão, antes do Batismo, devam somente ser motivadas para que se arrependam dos pecados. E bem antes de serem batizadas, comecem a participar assiduamente de um dos grupos da comunidade ou assumir outro compromisso cristão. Se for adulto, recebe a evangelização na comunidade onde mora ou de que participa.

2. PASTORAL FAMILIAR

145. “Visto que a família é o valor mais querido por nossos povos, cremos que se deve assumir a preocupação por ela como um dos eixos transversais de toda ação evangelizadora da Igreja. Em toda Diocese se requer uma Pastoral Familiar ‘intensa e vigorosa’ para proclamar o evangelho da família, promover a cultura da vida, e trabalhar para que os direitos das famílias sejam reconhecidos e respeitados” (DAp 435).

146. “Para tutelar e apoiar a família, a Pastoral Familiar pode estimular, entre outras, as seguintes ações:

- a) comprometer de maneira integral e orgânica as outras pastorais, os movimentos e associações matrimoniais e familiares a favor das famílias;
- b) estimular centros paroquiais e diocesanos com uma pastoral de atenção integral à família, especialmente aquelas que estão em situações difíceis, mães adolescentes e solteiras, viúvas e viúvos, pessoas da terceira idade, crianças abandonadas, etc.;
- c) estabelecer programas de formação, atenção e acompanhamento para a maternidade e paternidade responsáveis;
- d) continuar oferecendo formação permanente, doutrinal e pedagógica,

para os agentes da Pastoral familiar”(*DAP 437, letras a, f, g, i*).

Objetivos

147. Dentre as principais ações, destacam-se os seguintes objetivos:

- a) Formar agentes qualificados;
- b) Oferecer, com qualidade, formação aos noivos;
- c) Acolher toda e qualquer realidade familiar;
- d) Unir esforços para que a família seja, de fato, um Santuário da Vida;
- e) Promover o fortalecimento dos laços familiares;
- f) Incentivar, de diferentes maneiras, o crescimento da espiritualidade familiar;
- g) Despertar a família para o seu papel educador;
- h) Despertar o sentido missionário na família;
- i) Oferecer contínuo apoio aos casais e famílias das comunidades e paróquias, e reaproximar as famílias afastadas da Igreja;
- j) Promover a participação das famílias nas celebrações e nos tempos litúrgicos;
- k) Prosseguir na articulação e na busca de apoio dos integrantes dos Movimentos, Serviços e Institutos familiares e de promoção e defesa da vida (*Diretório da Pastoral Familiar, 461*).

Definição da Pastoral Familiar

148. “É uma ação decidida para defender e promover a família, Igreja Doméstica e Santuário da Vida”. Sendo a família a célula básica da sociedade, fonte de vida que abastece as diferentes camadas e categorias sociais e eclesiais, a Pastoral Familiar deverá articular-se, de modo eficaz, com os organismos e Pastorais de cada Diocese, de tal modo que contribua significativamente para o crescimento e consolidação de toda a ação pastoral. Esta ação ajuda a fortificar e a evangelizar as famílias. Cada família como sujeito-agente sócio-transformador da sociedade, ajuda a vencer eventuais crises e difíceis situações familiares, tanto na sua atuação interna como externa (*Diretório da Pastoral Familiar, nº 25*).

Organização

149. A partir da estrutura proposta na *Familiaris Consortio*, 4ª parte, e considerando a realidade brasileira, a Comissão Episcopal Pastoral para

a Vida e a Família (CNBB) propõe uma organização estrutural, que é a mais comumente usada pela Pastoral Familiar no Brasil. Ela abrange os setores pré-matrimonial, pós-matrimonial e os casos especiais (*Diretório da Pastoral Familiar*, 462).

Campos de atuação e etapas

150. Setor Pré-matrimonial:

- a) **A preparação remota** para o matrimônio é básica. Sobre ela se apoiam as outras fases. Abrange um período bastante grande da vida do ser humano e da caminhada do cristão. Tem seu início no seio da família, percorre o caminho da escola, da catequese de primeira eucaristia e crisma, dos grupos de adolescentes e jovens e o tempo do namoro;
- b) **A preparação próxima** comporta a preparação para o matrimônio e abrange o tempo do noivado;
- c) **A preparação imediata** já bem próxima do casamento implica na entrevista com o sacerdote e os preparativos e conscientização dos noivos para a celebração do matrimônio.

151. Setor Pós-matrimonial:

Sua missão é promover a formação contínua para a vida conjugal, familiar e comunitária. Inicia com a evangelização dos recém-casados, através de reflexões e acompanhamentos; grupos de casais com filhos batizados, na catequese, na crisma, nas escolas, e ainda os pais de adolescentes, jovens e namorados.

152. Setor Casos Especiais:

O Papa João Paulo II, na *Familiaris Consortio* (77-85) apresenta diretrizes e orientações para o trabalho pastoral nos casos especiais. Enquadram-se nos casos especiais as famílias que se encontram em situações conflitivas, em situações irregulares ou em situações especiais (Guia de orientação para Casos especiais, da Comissão Nacional da Pastoral Familiar – CNPF) (Cap.7 do *Diretório da Pastoral Familiar*, 379-465).

Metodologia

153. A nova metodologia de preparação para o matrimônio, implantada na Arquidiocese desde 1997 e que se tornou norma pastoral, propõe que a

preparação seja feita, no mínimo, em dez encontros, utilizando-se o material preparado pela Pastoral Familiar. Não poderá ser utilizado o método de palestras, mas de reuniões vivenciais na casa dos agentes, onde todos evangelizem e sejam evangelizados. Os noivos deverão inscrever-se na sua Paróquia para a preparação, pelo menos, com quatro meses de antecedência.

154. A Pastoral Familiar, a partir da sua dimensão missionária, deve atingir a família toda e todas as famílias, especialmente as famílias excluídas, buscando ainda acolher com caridade fraterna aqueles que ainda não têm família.
155. A família deve ocupar um lugar privilegiado na Evangelização, pois ela é célula fundamental da sociedade e da Igreja Doméstica, geradora de filhos para a grande família, que é a Igreja. Daí porque as famílias cristãs precisam ser evangelizadas e catequizadas numa dimensão missionária, trabalhando na evangelização de outras famílias.
156. “A família é um dos tesouros mais importantes dos povos latino-americanos e caribenhos e é patrimônio da humanidade inteira. Em nossos países, parte importante da população está afetada por difíceis condições de vida que ameaçam diretamente a instituição familiar. Em nossa condição de discípulos e missionários de Jesus Cristo, somos chamados a trabalhar para que tal situação seja transformada e a família assuma o seu ser e sua missão no âmbito da sociedade e da Igreja” (*DAP 432*).
157. Cuidem os agentes da Pastoral Familiar de informar os noivos sobre a necessidade de, previamente “não menos de um mês”, prepararem e apresentarem na Secretaria da Paróquia a documentação requerida para a celebração do casamento. As informações pertinentes podem ser obtidas na própria Secretaria.

3. PASTORAL CATEQUÉTICA

Definindo a Catequese

158. A catequese é um processo de educação comunitária, permanente, progressiva, ordenada, orgânica e sistemática da fé. Sua finalidade é a maturidade da fé, num compromisso pessoal e comunitário de libertação integral, que deve acontecer já aqui e culminar na vida eterna feliz (*CR 318*).

159. A renovação atual da catequese nasceu para responder aos desafios de uma situação histórica. Esta exige a formação de uma comunidade cristã missionária que anuncie, na sua autenticidade, o Evangelho e o torne fermento de “comunhão da sociedade e de libertação integral do homem e da mulher” (CR 30).
160. A catequese deve ser centrada na Palavra de Deus, cristocêntrica, promotora do Reino, comunitária e permanente, levando o catequizando a uma vida de fé, zelando pela criação como verdadeira Obra de Deus.
161. **A catequese como Inspiração Catecumenal** - No Brasil, deparamos com o desafio de não poder aplicar na íntegra o Rito de Iniciação Cristã de Adultos (RICA), devido à grande diversidade pastoral que temos em nossa sociedade. Os bispos decidiram, então pelo aproveitamento dos aspectos mais importantes do catecumenato tal como previsto no RICA. Por isso, em 2006, na 43ª Assembleia Geral, foi aprovado o Diretório Nacional de Catequese que optou em motivar e afirmar a importância da catequese inspirada no processo catecumenal. O Diretório reconheceu a riqueza do RICA e motivou a sua adaptação nas igrejas locais para que ele fosse melhor utilizado. (*Itinerário Catequético-Comissão Episcopal Pastoral para a Animação Bíblico-Catequética. Brasília, Edições CNBB, 2014*)
162. Portanto é importante ressaltar que a ideia de Inspiração Catecumenal, apresentado em vários Documentos, não é o único jeito de iniciar à vida cristã, não significa que se deva impor a mesma metodologia dos primeiros séculos mas, que sirva de inspiração, levando-nos a uma mística, a um estilo iniciático (iniciação na fé), mistagógica (*introdução da pessoa no Mistério de Cristo*).
163. Toda a catequese deve estar fundada na Palavra escutada, meditada, vivida, celebrada e testemunhada. Fazer uma catequese evangelizadora e não mais sacramentalista; uma catequese missionária, colocando Cristo como centro de referência da catequese; buscando interação catequese e liturgia; tendo o acompanhamento personalizado, envolvendo as famílias. A Inspiração Catecumenal nos proporciona estes elementos iniciáticos para o amadurecimento da fé e seguimento de Jesus Cristo.
164. Para melhor funcionamento de nossa Pastoral Catequética, organizamos a mesma em quatro etapas, contemplando a existência da pessoa humana. Todas estas etapas são marcadas pelas parcerias com a *catequese, a família e pastorais afins*.

Etapas da Catequese

Catequese com Crianças

165. A infância constitui o tempo da primeira evangelização, da educação humana e cristã na família, na escola e na comunidade; por isso, é etapa decisiva para o futuro da fé.
166. A criança tem o direito ao pleno respeito e à ajuda para um crescimento humano e espiritual. Ela necessita de uma catequese familiar, de uma iniciação na vida comunitária e para realizar os primeiros gestos de solidariedade (*DNC 197*).
167. Pelo Sacramento do Matrimônio os pais recebem a graça e a responsabilidade de serem os primeiros catequistas de seus filhos. A própria vida familiar deve tornar-se num itinerário de educação de fé e numa escola de vida cristã. O futuro da evangelização depende em grande parte da Igreja doméstica (*DNC 238*).
168. Esta etapa é marcada pela união entre a catequese com as crianças e suas famílias.
169. A criança entrará para a catequese que será agrupada em:
- a) **Pré-Catequese** (*ainda não é a catequese propriamente dita*). A criança iniciará com 6 (seis) anos completos;
 - b) **Pré-Eucaristia** (*aqui começa a catequese propriamente dita*). É uma das etapas mais importantes da catequese, quando será formada a personalidade cristã da criança. Esta etapa, iniciará com 9 (nove) anos completos;
 - c) **Iniciação Eucarística**: O grande objetivo desta etapa é apresentar Jesus, como amigo e modelo a ser seguido. Iniciará para esta etapa a idade de 10 (dez) anos completos, observando sempre o processo da fé do catequizando.
170. Caso a criança, na idade da catequese, não tenha sido batizada, deve-se continuar a catequese normal e o catequista reforce, de maneira personalizada, o sentido do batismo e sua prática na comunidade. Os pais e os padrinhos devem ser preparados pela Pastoral do Batismo. A celebração do Batismo desta criança deverá acontecer antes da celebração da Iniciação Eucarística.

171. Dar-se-á especial atenção às crianças em cujas famílias existem diversas confissões cristãs ou não-cristãs.

172. Cada paróquia deve ter uma coordenação para esta etapa.

Catequese da Perseverança

173. A adolescência bem orientada é um dos alicerces para o desenvolvimento de uma personalidade equilibrada e segura. Nesta etapa, o adolescente cresce na consciência de si mesmo, de suas potencialidades, sentimentos, dificuldades e das transformações que estão acontecendo em sua vida. A característica principal dessa idade é o desejo de liberdade de pensamentos e ação, de autonomia, de autoafirmação, de aprendizagem do inter-relacionamento na amizade e no amor (*DNC 195*).

174. Concluída a iniciação para a vida eucarística, o adolescente (na fase de 11 ou 12 anos) passa para a segunda etapa, que é a Catequese de Perseverança, período de 12 meses completos, obrigatoriamente.

175. Além da implantação da catequese da perseverança, podem-se fazer parcerias com outros movimentos eclesiais, tais como: coroinhas, adolescência missionária, EAC, equipe de animação na Liturgia, equipe de dança e teatro e outros segmentos que atuam com adolescentes existentes na paróquia.

176. Cada paróquia deve ter uma coordenação para esta etapa.

Catequese da Crisma

177. Concluída a etapa da perseverança, o catequizando ingressa na catequese para o Sacramento da Crisma. Devido à importância deste Sacramento, faz-se necessário que a preparação do crismando seja condizente com a importância do Sacramento e favoreça sua vivência na fé.

178. Haja para os crismandos uma preparação séria, de 12 meses completos.

179. Os adolescentes de 12 anos, que, desde os 9, 10, já ingressaram na catequese, receberam a Eucaristia e participaram da Perseverança, poderão ingressar em um grupo de sua faixa etária, na catequese para a Crisma.

180. Os adolescentes com 12 e 13 anos que não participaram deste processo

inicial, não poderão ingressar na Catequese da Crisma, devem receber da coordenação de catequese paroquial, uma catequese personalizada com uma preparação de 12 meses completos, para receber a Eucaristia, seguido de mais 12 meses completos, da Perseverança e, somente então, a catequese da Crisma.

181. Os adolescentes que fizeram a Iniciação Eucarística quando criança e se afastaram da catequese, mas depois, aos 14, 15, 16 e 17 anos, retornaram para a Comunidade, poderão participar do grupo de Crisma.
182. Assim que o catequizando participar da catequese de crisma, deverá fazer a missão pastoral em uma das pastorais ou grupos na sua comunidade, durante toda a sua catequese.
183. Que se estabeleçam parcerias com a Pastoral Juvenil, Juventude Missionária, MAC ou seus similares existentes na Paróquia, com o intuito de oferecer aos crismandos, atividades que os façam permanecer na vida comunitária.
184. Os jovens não-batizados (abaixo de 18 anos) devem participar da Catequese de Crisma, com a sua metodologia e conteúdo desta etapa e que o catequista reforce, de maneira personalizada, o sentido do Batismo e sua prática na comunidade. Durante o tempo da catequese crismal os catequizandos sejam engajados nas atividades pastorais (ajuda na Catequese, Liturgia, Grupo de Jovens, etc). Quando forem crismados, todos devem estar inseridos nessas atividades pastorais.
185. A catequese da Crisma, ao realizar sua missão com os crismandos, além do conteúdo próprio, inclua outras atividades, tais como:
 - a) participação em retiros e outros momentos de convívio;
 - b) participação em encontros para integrar o crismando com as famílias;
 - c) acompanhamento personalizado ao crismando, com destaque para a direção espiritual e o projeto de vida, incluindo a dimensão vocacional;
 - d) auxílio à formação da personalidade do crismando, levando em conta as diferentes situações sociais, econômicas, religiosas e seu processo evolutivo de amadurecimento;
 - e) estímulo e crescimento para a vivência comunitária e eucarística;
 - f) educação para o amor, a afetividade e a sexualidade;
 - g) educação para a cidadania e para a consciência participativa nas lutas sociais;

- h) Orientação vocacional, em sentido amplo, que apresente possibilidades de engajamento na construção do Reino, dentro e fora da Igreja, e a responsabilidade missionária no mundo;
- i) educação para a oração pessoal e comunitária; orientação para a leitura e estudo da Sagrada Escritura;
- j) experiência de serviços voluntários;
- k) encaminhamento dos crismandos para o engajamento comunitário, desde o começo da catequese (missão pastoral).

186. O método de preparação para a Crisma deve propiciar a construção de uma comunidade viva, acolhedora, misericordiosa, participativa e missionária. Por isso, considere-se o seguinte:

- a) Organização dos crismandos em pequenos grupos de no máximo 15 (quinze) catequizandos, visando entrosamento e acompanhamento pessoal.
- b) A vivência e presença devem ser observadas pelo catequista para garantir o processo permanente da educação da fé. Por isso, é necessário limitar a ausência, pois essa compromete a caminhada do catequizando.
- c) Que a preparação não seja impositiva. Seja sim um momento privilegiado de vivência fraterna e afetiva que desperte o crismando a sentir gosto e prazer pela vida comunitária.
- d) Que a preparação seja uma interação entre fé e vida. Por isso, o método deve partir sempre do diálogo para levar a uma melhor participação, onde os crismandos se sintam agentes do próprio caminho de fé.

187. Cada paróquia deve ter uma coordenação para esta etapa.

Catequese com Adultos

188. É na direção dos adultos que a evangelização e a catequese devem orientar seus melhores agentes. São os adultos que assumem mais diretamente, na sociedade e na Igreja, as instâncias decisórias que mais favorecem ou dificultam a vida comunitária, a justiça e a fraternidade (*CR 130*).

189. A catequese com adultos leva em conta as experiências vividas, os condicionamentos e os desafios que eles encontram, como também suas interrogações e necessidades em relação à fé (*DNC 182*). É preciso: distinguir, entre os adultos, os que vivem sua fé (*praticantes*), os apenas batizados (*não praticantes ou afastados*) e os não batizados; considerar atentamente seus problemas e experiências, capacidades espirituais e

culturais; motivá-los para a vivência da fé em comunidade, lugar de acolhida e ajuda; fazer um projeto comum de pastoral com os adultos que integre a catequese, a liturgia e os serviços da caridade.

190. A catequese com adultos tem como missão (*DNC 183*):

- a) reforçar a opção por Jesus Cristo;
- b) promover sólida formação dos leigos e leigas, levando em consideração o amadurecimento da vida no Espírito do Cristo Ressuscitado;
- c) estimular e educar para a prática da caridade, na solidariedade e na transformação da realidade, julgando, com objetividade e à luz da fé, as mudanças socioculturais da sociedade;
- d) ajudar a viver a vida da graça, alimentada pelos Sacramentos;
- e) formar cada pessoa para cumprir os deveres do próprio estado de vida, buscando a santidade;
- f) dar resposta às dúvidas religiosas e morais de hoje;
- g) desenvolver os fundamentos da fé, que permitam dar razão da esperança;
- h) educar para viver em comunidade e assumir responsabilidades na missão da Igreja, dando testemunho cristão na sociedade;
- i) educar para o diálogo ecumênico e inter-religioso, como instrumentos para a busca da unidade cristã e da paz entre os filhos e filhas de Deus;
- j) ajudar na animação missionária além fronteiras, ou seja, fora do contexto em que a pessoa habitualmente vive.

191. Devemos reforçar em nossas comunidades a frutuosa experiência adquirida nos últimos anos: os Círculos Bíblicos, Novena de Natal, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Grupos de Reflexões, a participação nos diversos comitês municipais e outras experiências eclesiais.

192. A Equipe de Coordenação de Catequese com Adulto, com o Pároco, determinará o tempo necessário para esta preparação; convém que seja valorizada a possibilidade do catecúmeno ou catequizando fazer uma experiência pessoal e comunitária com Jesus Cristo.

Catequese com Adultos Batizados

193. Para os adultos (*acima de 18 anos*) batizados (praticantes ou não-praticantes) a Arquidiocese propõe o seguinte caminho para a catequese:

- a) favorecer de forma adulta, a participação dos pais na Catequese de seus filhos, em vista de uma pastoral de conjunto;

- b) dar especial atenção aos adultos que vêm de outras confissões cristãs e que ainda não estão formalmente ligados à Igreja Católica, e recebê-los com o devido respeito por suas experiências anteriores;
- c) criar as escolas de formação de leigos nos diversos níveis: paroquial, setorial e arquidiocesano;
- d) incentivar os Círculos Bíblicos e Grupos de Reflexões nas ruas;
- e) dar especial atenção às iniciativas ecumênicas, com ajuda particular às famílias que já vivem no lar a experiência do convívio de membros de Igrejas diferentes;
- f) descobrir um método adequado para a catequese da terceira idade (pessoa idosa). Muitos desta etapa da vida sentem-se capazes para assumir tarefas nas comunidades e estão dispostos a uma retomada da catequese. Seu testemunho, experiência de vida e colaboração são importantes para a comunidade;
- g) cuidem os presbíteros e diáconos para que as homílias nas celebrações sejam devidamente preparadas, a fim de proporcionar aos fiéis uma profunda catequese e que seu testemunho de vida seja também uma forma de anúncio. O Documento de Aparecida, nº 134, orienta ainda que os adultos sejam formados para a vida de discipulado e missão, pois, como discípulos e missionários, são chamados a intensificar sua resposta de fé e anunciar o Cristo Ressuscitado, Salvador de toda a humanidade.

Catequese com Adultos não-Batizados

194. Para os adultos (*acima de 18 anos*) não-batizados (*catecúmenos*), sugerimos uma catequese em comunhão com o Rito de Iniciação Cristã de Adultos (*RICA*), marcada fortemente pela inspiração catecumenal dos primeiros cristãos.
195. Recomenda o RICA que todo o processo da catequese com adultos não-batizados seja previamente planejado e plenamente realizado no período quaresmal, ocorrendo a celebração do batismo na Missa da Vigília Pascal (Sábado Santo), como o dia mais apropriado para celebrar o batismo de adultos.
196. Há três etapas ou passos que devem ser considerados momentos fortes de iniciação. Estas etapas são marcadas por três ritos litúrgicos: Instituição dos catecúmenos; Eleição, e Celebração dos Sacramentos (*Batismo, Crisma e Eucaristia*).

197. A equipe de coordenação da Iniciação Cristã de Adultos deve estabelecer, inicialmente, o calendário de todo o processo: tempo para inscrição, temas dos encontros, atividades durante a preparação e as celebrações das etapas e dos tempos propostos pelo RICA.
198. Com relação ao conteúdo da Catequese de Iniciação são propostos os seguintes: o Antigo Testamento, a Vida de Jesus (*Evangelhos*) e a História da Igreja; o Credo, os Sacramentos, as Bem-Aventuranças, os Dez Mandamentos e o Pai-nosso; os dados da realidade social, permeados pela espiritualidade, devem ajudar o adulto a perceber a realidade onde acontecerá o seguimento de Jesus.
199. A celebração na Vigília Pascal poderá conter os três Sacramentos (*Batismo, Crisma e Eucaristia*) ou somente dois (*Batismo e Eucaristia*). Caso a equipe, com o Pároco, decida que o adulto receba os três sacramentos, o Sr. Arcebispo poderá autorizar o Pároco para ministrar o Sacramento da Crisma. Em algumas paróquias, a celebração da Crisma acontece em outro momento, agendando com o Sr. Arcebispo ou com alguém por ele autorizado.
200. Nesta etapa da catequese com adultos não-batizados, a Pastoral Litúrgica será muito importante.

Catequese na Diversidade

201. **Pessoas com deficiência.** É grande em nossa Arquidiocese o número de pessoas com deficiência. Elas têm o mesmo direito à catequese, à vida comunitária e sacramental. A Igreja no Brasil tem intensificado, em seus documentos catequéticos, a necessidade de lhes dar a devida atenção e fazer esforços para superar todo tipo de discriminação (*DNC 202*).
202. É importante que, na catequese, a participação das pessoas com deficiência seja feita em companhia dos demais catequizandos, para que se evitem grupos separados ou confinados em locais, sem a devida atenção e cuidados, ou distantes da comunidade (*DNC 206*).
203. Esta catequese supõe uma preparação específica dos catequistas, pois cada necessidade diferente exige uma pedagogia adequada. É bom contar com o apoio de profissionais, como médicos, fonoaudiólogos, professores, fisioterapeutas, psicólogos e intérpretes em língua de sinais (*Libras*), sem que se perca o objetivo da catequese. Nesse processo, a família

desempenha um papel importante para o qual deve receber a devida ajuda (DNC 208).

204. **Pessoas marginalizadas e excluídas.** Devemos estar atentos aos órfãos, viúvas e estrangeiros do nosso tempo. Através deles, nos lembramos das pessoas enfraquecidas e indefesas. A catequese irá ao encontro dos marginalizados (*peçoas prostituídas, presos, soropositivos, tóxico-dependentes, sem-terra e outros*) (DNC 209).

205. **Pessoas em situações canonicamente irregulares.** A catequese deve levar em conta as pessoas que vivem em situação familiar canonicamente irregular. Partindo de sua situação, podem-se abrir portas para o engajamento, para a experiência de fé, para o serviço na comunidade, ajudando-as a aceitar e a viver o amor em sua situação real. Na catequese com essas pessoas, muito pode auxiliar a Pastoral Familiar, no Setor de Casos Especiais (DNC 211).

A Equipe de Coordenação da Catequese

206. Na medida do possível, cada comunidade formará as quatro etapas da catequese (*infância, perseverança, crisma e adulto*).

207. Cada etapa constará de uma coordenação paroquial própria.

208. A equipe paroquial deverá ser organizada com catequistas de todas as etapas, acrescida de outras pessoas (*religiosos/as, presbíteros e diáconos*) com formação específica, para melhor articulação da Pastoral Catequética.

209. A equipe arquidiocesana constará de catequistas com formação das quatro etapas, mais outras pessoas que servirão para a formação continuada dos catequistas.

Formação e Perfil dos Catequistas

210. A Arquidiocese oferecerá, sempre em comunhão com os catequistas, formação ao longo de cada ano, para melhor responder aos atuais desafios da vida pessoal, comunitária e social.

211. Reforçamos a importância da *Escola Bíblico-Catequética “Ir. Leonor Averdãno”*, com momentos de formação permanente e continuada.

212. Para responder aos desafios da organização da Pastoral Catequética,

convém que o catequista tenha 16 anos para o ministério, já tenha recebido o Sacramento da Confirmação, tenha maturidade humana e equilíbrio psicológico, dê testemunho de vida cristã e inserção comunitária, participe assiduamente de reuniões, grupos de estudo, encontros e escolas de formação, e esteja disponível para os encontros catequéticos semanais.

213. O catequista deve cultivar a espiritualidade que tem sua fonte na Palavra de Deus e na Eucaristia.
214. O catequista deve ser simples, humilde e um entusiasta comunicador de Deus aos catequizandos de hoje.
215. A Paróquia deverá dispor, em seu planejamento, de vários momentos de formação sistemática para os seus catequistas das várias etapas, e podem pedir ajuda para a Equipe Missionária Arquidiocesana de Catequese.

Orientações para Escolha de Padrinhos e Madrinhas de Crisma

216. Os crismandos sejam orientados para escolherem seus padrinhos e madrinhas seguindo as recomendações do nº 142, letras a, b e c dessas Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja de Montes Claros.
217. Além das orientações mencionadas no número 142, letras a, b e c, convém que os crismandos não escolham, para padrinho ou madrinha, os pais, o esposo ou a esposa, o noivo ou a noiva, o namorado ou a namorada.

4. PASTORAL DO DÍZIMO

218. A experiência do dízimo é para o homem de fé, que conhece a Deus e se compromete com o Reino. Para os que vivem a fé fazem um verdadeiro encontro com o amor de Deus.
219. A melhor maneira de contribuir para o bem material da Igreja é por meio do Dízimo, que tem um Fundamento Bíblico, Teológico, Comunitário e Pastoral.

Fundamento Bíblico

220. No Antigo Testamento prevalecia o Dízimo legal, devendo dar cada um a Deus a décima parte que era consagrada a Deus para a manutenção do culto, dos ministros e assistências aos necessitados.

- a) Abraão dá o Dízimo: “De tudo que me conceder, consagrar-lhe-ei a décima parte” (Gen 28, 20 – 22);
- b) “Todo o dízimo é coisa consagrada ao Senhor” (Lv 27,30);
- c) “Trazei, pois, todo o Dízimo para o templo de Deus” (Ml 3, 8-10).

221. No Novo Testamento, encontramos os seguintes textos:

- a) “Recebestes de graças, dai de graça” (Mt 10, 8-10);
- b) “Não sabeis que os Ministros do culto vivem dos proventos do Templo e os que servem no altar participam do altar?” “Assim os que anunciam o Evangelho vivam de seu trabalho, ordenou o Senhor” (I Cor 9,4-14);
- c) “Os fiéis viviam todos unidos e tinham tudo em comum, repartindo tudo conforme a necessidades de cada um” (At 2, 44-45).

Fundamento Teológico

222. A Bíblia mostra-nos que o Dízimo tem seu fundamento teológico no Antigo Testamento em forma de lei e de oferta no Novo Testamento. Tanto num como no outro, o Dízimo está sempre relacionado com Deus. É alguma coisa que pertence a Deus, doador de todos os bens. É a retribuição a Deus em agradecimento do muito que se recebeu do próprio Senhor. O Dízimo não é um pagamento, uma taxa, um imposto. É um ato de amor, de generosidade, um gesto de partilha.

Fundamento Comunitário

223. A Igreja é a comunidade dos cristãos que vivem solidários, ajudando-se mutuamente. A comunidade autêntica é aquela que se ama e que se ajuda. O amor recíproco, o auxílio mútuo exigem corresponsabilidade. A característica marcante de uma comunidade que vive unida é aquela que sabe repartir com os irmãos tudo o que tem para o bem de todos.

Fundamento Pastoral

224. A razão principal do Dízimo é pastoral. Os Ministros do altar, os evangelizadores, os catequistas as equipes litúrgicas necessitam de recursos para a sua missão, assim como os necessitados. Para que aconteça a evangelização, ou culto, a promoção da caridade, são necessários recursos materiais. Os padres de tempo integral, necessitam viver com dignidade. “Os trabalhadores merecem seu sustento” (Mt 10,10). Quanto custa a luz, a água, o telefone, a condução, a alimentação, a conservação do templo, da

casa canônica, do salão paroquial, das salas da catequese? Sem isto não é possível uma pastoral eficiente e eficaz. São infraestruturas necessárias.

225. Em nossa Arquidiocese, adotamos o texto de Malaquias 3, 8-10 como prioridade para o serviço ao Senhor na Pastoral do Dízimo (CEP, art. 4º b). Foram realizadas reuniões, assembleias, encontros, material (cartilhas, folders) de conscientização para que hoje tivéssemos, a partir do texto sagrado, a implantação do Dízimo em quase todas as comunidades da Arquidiocese.
226. Hoje há, diante de nós, e cada vez mais acentuada no comportamento das pessoas, a tentação do acúmulo de bens, o individualismo, o egoísmo (Mt 16, 5-12).
227. Somos chamados a reforçar os laços de fraternidade, enquanto, filhos e filhas de um mesmo Pai, vemos que a mentalidade individualista se alastrou também no campo religioso (DGAE 38, 2008-2010). Existem até grupos religiosos que enganam as pessoas com a chamada “Teologia da Prosperidade”, que faz de Deus um servidor das pessoas e de seus jogos de interesse. A consciência de que Deus é comunhão de Pessoas, Comunidade Sagrada dos Três em Um, nos impulsiona a participar da comunidade humana e ser nela, para ela e com ela, testemunho de compromisso e solidariedade.

Organizando a Pastoral do Dízimo

228. A Igreja Católica é uma Instituição composta de Comunidades, Paróquias, Dioceses e Arquidioceses. Todas com diversas atividades, que envolvem milhares de pessoas em permanente movimentação, usando diversos recursos materiais e meios de comunicação.

Em nível de Comunidade

229. Haja em cada comunidade uma equipe da Pastoral do Dízimo com um número básico de cinco pessoas, que façam, primeiro, o serviço de evangelização para a prática da devolução mensal do Dízimo. Essa mesma equipe faça plantões nas celebrações, para receber o dízimo dos fiéis, registre-o em livros próprios e o entregue à tesouraria da comunidade, para os devidos encaminhamentos (CEP art. 5º).

Em nível de Paróquia

230. Em cada Paróquia deve haver uma equipe de coordenação que terá um serviço diferente do da comunidade (CEP art. 4º). A equipe paroquial de coordenação se encarregará das seguintes atribuições:
- a) formação e animação dos agentes comunitários, com planejamento anual que contemple as reuniões periódicas;
 - b) visitas às comunidades;
 - c) preparação da missa mensal dos dizimistas (juntamente com a equipe litúrgica);
 - d) preparação da semana da partilha;
 - e) elaboração de subsídios (materiais);
 - f) supervisão dos livros de caixa do Dízimo comunitário (não o livro de caixa de tesouraria);
 - g) promoção de mutirões de evangelização sobre o Dízimo nas comunidades.

Em nível de Arquidiocese

231. Na Arquidiocese haverá uma equipe de coordenação que será composta por uma pessoa de cada Coordenação do Dízimo das Paróquias sediadas em Montes Claros. A Coordenação Arquidiocesana se ocupará das reuniões arquidiocesanas para animação dos agentes paroquiais, da assessoria às paróquias e de disponibilizar materiais que possam ser usados neste serviço de evangelização. Também promoverá a Assembléia da Pastoral do Dízimo e animará a Semana da Partilha.

Aplicação do Dízimo e sua sustentabilidade

232. “Há paróquias que já avançaram na organização do Dízimo, outras estão formando a consciência dessa participação. É muito importante, porém, que a implantação do Dízimo garanta o seu sentido comunitário: “Deus ama a quem dá com alegria” (2 Cor 9,7). É a alegria de doar com liberdade e consciência de ser um sinal de partilha. Evite-se, entretanto, o sentido de taxa ou mensalidade e a ideia de retribuição, segundo a qual é preciso doar para receber a bênção. Cuide-se para não exagerar nas campanhas de conscientização que muitas vezes causam reação negativa, especialmente entre aqueles que estão afastados da comunidade eclesial. A participação financeira na partilha de recursos com a comunidade paroquial deverá ser

um processo desencadeado pelas pequenas comunidades que formam seus discípulos missionários” (CNBB, Doc. 100, nº 288).

233. O Dízimo devolvido pelos fiéis é aplicado em três dimensões: Religiosa, Missionária e Social, respeitando as particularidades locais. Todas as comunidades dão o Dízimo às Paróquias e elas dão o Dízimo à Mitra Arquidiocesana, conforme o indicado pelas orientações da mesma.

Aplicação na Dimensão Missionária

234. Formação dos agentes de pastoral, dos catequistas, dos missionários, etc.

Aplicação na Dimensão Religiosa

235. As obras religiosas, tais como:

- a) aquisição de terrenos para construção;
- b) construção, reforma ou conservação de edificações (Igreja, salão comunitário, residência paroquial);
- c) aquisição ou conservação de veículos, seguro, combustíveis;
- d) folhetos litúrgicos, boletins, etc.;
- e) despesas de luz, água, telefone, internet, segurança;
- f) despesas de material da Secretaria Paroquial (livros de registros, etc.);
- g) honorários do padre, da (o) secretária (o) de expediente, da secretária de serviços domésticos, do (a) sacristão (ã), da faxineira da Igreja, Plano de saúde do padre, INSS, e outros eventuais funcionários;
- h) despesas referentes ao culto (hóstias, cálice, vinho, velas, toalhas, flores).

Aplicação na Dimensão Social

236. A promoção das famílias carentes ou outras promoções específicas que envolvam crianças, adolescentes e jovens. Em algumas paróquias o Conselho Econômico repassa parcela do dízimo para os Vicentinos e Pastorais sociais.

237. Em todas as Paróquias da Arquidiocese, o Dízimo seja aplicado em atividades que evangelizam, e a prestação de contas deve comprovar a realidade e a modalidade da aplicação (CEP art. 4º h e art. 5º f);

238. A sustentabilidade do Dízimo é a fidelidade com que cada fiel mensalmente

devolve seus 10% ao altar do Senhor Deus e assim viva na bênção cada momento de sua vida (cf. Mt 3,10).

239. A catequese paroquial e também outras pastorais, movimentos e associações, reservem, em etapas e reuniões, temas sobre o Dízimo;

240. Oportunamente, nas reuniões e celebrações que acontecem na Paróquia, os fiéis sejam lembrados e motivados sobre a devolução do Dízimo.

Prioridades

241. Entre os desafios de nossa ação evangelizadora, colocamos duas como metas:

- a) Motivar e auxiliar cada Paróquia na criação, em suas comunidades, da equipe de coordenação do Dízimo;
- b) Motivar e auxiliar as Paróquias, através dos seus Conselhos Econômicos a sistematizarem a Dimensão Social do Dízimo através de projetos de acordo com suas realidades.

5. PASTORAL DA COMUNICAÇÃO (PASCOM)

Definição:

242. “É a pastoral do ser e estar em comunhão com a comunidade. É a pastoral da acolhida, da participação, das inter-relações humanas, da organização solidária e do planejamento democrático do uso de recursos e instrumentos de comunicação” (doc. 75 – Igreja e Comunicação – CNBB).

243. Pastoral da Comunicação é o organismo que deve aproximar-se dos meios de comunicação e colocá-los a serviço da divulgação da mensagem de Cristo, proclamando a partir dos telhados (cf. Mt 10,27; Lc 12, 3) a mensagem da qual é depositária.

Objetivo Geral

244. Consolidar a missão da Igreja por meio da comunicação.

Princípios

245. Pastoral da Comunicação, portanto, procura ajudar na integração da

comunidade e, ao mesmo tempo, participar da ação da comunidade na sociedade, sempre sem perder de vista a construção do Reino a que somos chamados por Cristo.

246. A outra dimensão da Pastoral da Comunicação aponta para a relação da Igreja com todos os diversos segmentos da sociedade e os diferentes meios de comunicação. Nessa relação, a Igreja se utiliza de todos os instrumentos possíveis para cumprir sua missão.

Organização

247. A Comissão Arquidiocesana da Pastoral da Comunicação, sob a responsabilidade do Arcebispo, será eleita por um período de 2 anos, podendo ser reconduzidos por mais um mandato e composta por:

Em nível arquidiocesano

248. Membros eleitos entre os agentes que atuam na Arquidiocese e aprovados pelo Arcebispo, com exceção do assessor, que é designado por ele.

249. Um assessor, um padre designado pelo Arcebispo.

250. Um coordenador arquidiocesano, eleito pelos representantes das regiões pastorais e das paróquias e aceito pelo arcebispo.

251. Um vice-coordenador, eleito pelos representantes das regiões pastorais e das paróquias.

252. Um tesoureiro, indicado pelo assessor arquidiocesano.

253. Um primeiro-secretário, indicado pelo assessor arquidiocesano.

254. Um segundo-secretário, indicado pelo assessor arquidiocesano.

255. Coordenadores de Regiões Pastorais, eleitos entre os agentes da própria RP.

Em nível paroquial

256. Uma Coordenação paroquial composta por um coordenador, um vice, um secretário, um tesoureiro, eleitos por um período de 2 anos, podendo ser reconduzidos para mais um mandato. O coordenador deve ser indicado pelo

Pároco. Sua função será de coordenar, representar a PASCOM no CPP, estimular a comunicação interpessoal, inserir e integrar entre pastorais, fazendo acontecer a pastoral de conjunto.

Funções da Coordenação Arquidiocesana

257. Um assessor arquidiocesano: acompanha a Pascom, garantindo-lhe a unidade de ação e orientando-a com base nos princípios da Igreja. Atua como elo entre o clero e a Pastoral. Orienta a Comissão Arquidiocesana na elaboração de temas para cursos, retiros, formações e outros.
258. Um(a) coordenador(a) arquidiocesano(a): elabora, junto com os demais membros da Comissão Arquidiocesana, a pauta das reuniões. Elabora também o calendário anual de atividades e a planilha de gastos. Orienta o(a) secretário(a) na elaboração da correspondência e na divulgação de eventos da PASCOM. Participa ou se fará representar nos eventos que constam no calendário da PASCOM e naqueles os quais for convidado. Dá conhecimento à tesouraria das despesas efetuadas.
259. Um(a) vice-coordenador(a): auxilia o coordenador em todos os eventos da Comissão Arquidiocesana da PASCOM. Substitui e assume a coordenação, no impedimento do titular. Confirma e prepara o local das reuniões ordinárias da Comissão Arquidiocesana.
260. Um coordenador de formação e eventos: coordena as formações e eventos promovidos pela PASCOM em nível arquidiocesano. Elabora a agenda anual de atividades e trabalha a fim de garantir a realização dos eventos, assim como sua divulgação.
261. Um(a) secretário(a): redige a pauta elaborada e participa das reuniões da Comissão Arquidiocesana, dos retiros, encontros dos coordenadores paroquiais, formações, anotando os assuntos tratados, para transcrição em ata. Mantém atualizada a listagem dos membros da Comissão Arquidiocesana, dos párocos e paróquias, dos coordenadores paroquiais e dos agentes de toda a Arquidiocese. Repassa comunicados da comissão arquidiocesana e faz a articulação entre as coordenações paroquiais e a coordenação arquidiocesana.
262. Um(a) vice-secretário(a): substitui o titular quando necessário.
263. Um tesoureiro: participa das reuniões e faz a prestação de contas referentes

às despesas e receitas. Mantém o Livro-caixa atualizado.

264. Um vice-tesoureiro: substitui o titular, quando necessário.

Linhas de ação na Arquidiocese e na Paróquia

Arquidiocesanas

265. Promover reuniões periódicas com coordenadores paroquiais;

266. Promover formações;

267. Divulgar a Mensagem do Dia Mundial dos Meios de Comunicação Social;

268. Participar das atividades do Regional Leste II e Nacional;

269. Colaborar com os veículos de comunicação da Arquidiocese;

270. Articular a Rede de Comunicadores Arquidiocesana;

271. Marcar presença junto aos comunicadores profissionais;

272. Desenvolver projetos de apoio às atividades paroquiais;

273. Assessorar equipes paroquiais em formação.

Paroquiais

274. Fazer reuniões periódicas com a equipe paroquial e com o pároco;

275. Produzir boletim interno da Comunicação;

276. Produzir o Jornal da Comunidade;

277. Colaborar nas campanhas das comunidades;

278. Auxiliar na produção do folheto de avisos;

279. Manter o Jornal Mural;

280. Fazer o registro em vídeo e foto das celebrações e eventos;

281. Organizar grupos de Leitura Crítica da Comunicação;

- 282. Manter um programa de rádio;
- 283. Gerenciar o site paroquial, e ou fanpage;
- 284. Auxiliar no uso do Datashow;
- 285. Colaborar com a Assessoria de Imprensa da Arquidiocese, enviando informações, a serem repassadas aos veículos de comunicação arquidiocesanos;
- 286. Manter um representante responsável por integrar a Rede de Comunicadores Arquidiocesana.

6. PASTORAL DA EDUCAÇÃO E DIÁLOGO ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO

- 287. A Educação está no centro das preocupações da Igreja, sendo registrada em vários pronunciamentos como “uma urgência nacional” e é definida como “meio chave de libertação de todas as escravidões”.
- 288. São tantos e complexos os desafios do mundo da educação, que é necessário que outros segmentos da sociedade se mobilizem para somar e fazer um mundo novo, um projeto onde a pessoa, sua vida e dignidade sejam respeitadas e promovidas, e que a paz seja implantada.
- 289. Com este propósito surgiu a Pastoral da Educação e Diálogo Ecumênico e Inter-religioso (PED) para ser parceira dos educadores no seu espaço e para que eles façam valer a sua voz e sua ação, como anunciadores da “Boa-nova” de Jesus Cristo. Ele é o grande educador, aquele que conhece os segredos do coração de cada pessoa.
- 290. A Pastoral da Educação tem uma função crítica: é uma “ reflexão, ação que questiona criticamente, à luz dos valores evangélicos, a educação em si, os processos educativos e as estruturas das instituições e movimentos de educação e os múltiplos meios impressos, visuais e outros que influenciam direta e indiretamente a formação humana.”
- 291. Como atitude prática e profética, diante desta função crítica, a PED quer ser uma ajuda a tomada de decisão clara diante dos desastres educativos em que muitas vezes nos encontramos.
- 292. A Pastoral da Educação e Dialogo e Inter-religioso (PED) é também um

serviço oferecido aos educadores cristãos a fim de testemunharem a fé e a proposta educativa da Igreja, especialmente nas escolas públicas para que, nessa tarefa, eles não fiquem sozinhos, mas sejam ajudados a formular juízos sobre a situação atual no “mundo da educação” descobrindo e oferecendo instrumentos para superá-la.

293. Em Montes Claros, diante da necessidade de resgate da dignidade da pessoa humana e de uma educação pela paz e solidariedade, a Pastoral da Educação se uniu à Comissão do Diálogo Ecumênico e Inter-religioso num trabalho conjunto no mundo da Educação, no sentido de resgatar os valores cristãos e humanos, dar atenção especial ao Ensino Religioso nas escolas e fazer crescer, cada vez mais, a consciência de que a Igreja dividida não corresponde ao projeto de Jesus Cristo.

Pistas para a Nucleação

294. A 3ª AAP sugere às Paróquias que, ao fazerem o mapeamento da realidade paroquial, levem em consideração todas as instâncias educativas: (escolas, creches, meios de comunicação social) para a criação de frentes de serviço de visitação e de evangelização no mundo da Educação, criando em cada Paróquia a PED, com núcleos em cada instância educativa formada por educadores, que assumem a sua vocação batismal e desejam levar adiante a sua missão de se empenharem em oferecer os valores do Evangelho onde estiverem.

295. Esses educadores serão articulados como PED paroquial, assessorados pela PED Arquidiocesana, que, por sua vez, se liga à Regional e à CNBB, fazendo assim uma Igreja de comunhão, posicionada no mundo da Educação.

7. SETOR SOCIAL ARQUIDIOCESANO

296. O que é a *Pastoral Social*? Convém precisar, de início, o sentido das seguintes expressões que utilizaremos daqui para frente:

- a) Pastoral Social;
- b) Pastorais Sociais;
- c) Setor Pastoral Social.

297. Embora correlatas, elas têm significados distintos. Entendemos por Pastoral Social, no singular, a solicitude de toda a Igreja para com a questão

social. Trata-se de uma sensibilidade que deve estar presente em cada Diocese, Paróquia e Comunidade; em cada dimensão, Setor e Pastoral; na Catequese, na Liturgia e nas iniciativas ecumênicas; enfim, deve estar presente nas Comunidades Eclesiais de Base, nos Movimentos... Em outras palavras, deve ser preocupação inerente a toda ação evangelizadora.

298. *Pastorais Sociais*, no plural, são serviços específicos a categorias de pessoas e/ou situações também específicas da realidade social. Constituem ações voltadas concretamente para os diferentes grupos ou diferentes facetas da exclusão social, tais como: a realidade do campo, da rua, do mundo do trabalho, da mobilidade humana, e assim por diante.

299. O *Setor Pastoral Social*, por sua vez, integrado na dimensão sócio-transformadora, linha 6 da CNBB, tem duplo caráter: por um lado, representa uma referência para toda a ação social da Igreja, em termos de assessoria, elaboração de subsídios e reflexão teórica. Por outro lado, é um espaço de articulação das Pastorais Sociais e Organismos que desenvolvem ações específicas no campo sociopolítico. Dentro da dimensão sócio-transformadora, a função da Pastoral Social é procurar respostas para esse tipo de situação. Isto significa que as respostas não estão prontas. Não há receitas acabadas. Em cada momento e em cada local, dentro da realidade, é preciso iniciar um processo em que o maior número de pessoas se envolva na busca de soluções concretas. A partir da conscientização, da organização e da mobilização, abrem-se caminhos alternativos. O importante é chamar a atenção da Igreja e da sociedade para esse quadro de injustiças cada vez mais grave. Importante também é envolver o maior número de atores sociais e de parceiros na luta pela transformação social. A Pastoral Social tem como finalidade concretizar-se em ações sociais e específicas a solicitude da Igreja diante de situações reais de marginalização. Apresentaremos as diversas pastorais sociais da Arquidiocese de Montes Claros bem como algumas indicações práticas de como organizar o Setor Social nas paróquias e comunidades. No momento, queremos alertar para a tarefa de identificar, entre os filhos e filhas de Deus, os rostos mais sofridos, com vistas a dedicar-lhes uma solicitude pastoral específica.

Como estruturar o Setor Social

300. O Setor Pastoral Social integra a dimensão sócio-transformadora e tem no serviço sua exigência predominante. Claro que esta dimensão e exigência se interligam entre si, ao mesmo tempo em que se complementam com as

demais dimensões e exigências. A palavra dimensão, pelo seu dinamismo, dá conta dessa complementariedade. Quanto às exigências, as quatro se interpenetram e se misturam na ação evangelizadora, sendo difícil individualizá-las. A rigor, qualquer ação deve incluir todas as exigências e dimensões, mas conferir relevância a alguma delas. O Setor Social reúne sob sua articulação, pastorais e organismos (nº 105).

301. O Setor Social, portanto, facilitará a organização entre as Pastorais Sociais e Organismos que atuam na ação social da Arquidiocese.
302. O Setor Social em nível arquidiocesano será coordenado por uma Comissão, composta por pessoas que tenham uma visão social e eclesial da Arquidiocese;
303. Farão parte deste Setor todas as Pastorais e Organismos Sociais, e representantes Paroquiais onde existir o Setor Social Paroquial.
304. As Paróquias poderão estruturar o Setor Social Paroquial, observando a mesma estrutura da Arquidiocese com as Pastorais e Organismos Sociais ali existentes.

Função Setor Social

305. Em nível Arquidiocesano:

- a) Estruturar uma equipe de profissionais capazes de dar suporte técnico para as pastorais e organismos nas documentações necessárias para registros em Conselhos, (Órgãos Oficiais, Governos e outros);
- b) Disponibilizar para as Pastorais e Paróquias as várias fontes de projetos a serem executados pelas pastorais e paróquias;
- c) Estruturar uma ou mais entidades em nível arquidiocesano apta para captação de recursos que possibilite a promoção e ações sociais dos menos favorecidos atendidos pelas diversas pastorais e movimentos;
- d) Propor parcerias para realização de ações voltadas concretamente para os diferentes grupos ou situações de vulnerabilidade social encontrada;
- e) Realizar encontros de captação de recursos;
- f) Acompanhar Conselhos Paritários;
- g) Fortalecer o trabalho em rede, desenvolvida pelas Pastorais, Movimentos e Paróquias no Setor Social;
- h) Orientar nos mapeamentos sociais em regiões ou com público atendido pela Pastoral.

8. SETOR JUVENTUDE

Orientações para a evangelização da Juventude

306. A Igreja do Brasil confirma sua opção pela juventude que há tanto tempo vem enriquecendo a nossa Igreja em vista da sua responsabilidade diante das novas gerações. É perceptível que ela assumiu a juventude como uma das suas prioridades. Sendo assim, a Arquidiocese de Montes Claros, em comunhão com as Diretrizes da CNBB e valorizando as expressões regionais, bem como os diversos rostos de nossa juventude, apresenta as propostas recomendáveis para o fortalecimento do Setor Arquidiocesano de Juventude e a implementação da Pastoral Juvenil nas Paróquias.

Ponderações sobre o Setor Arquidiocesano da Juventude

307. A decisão pela organização do “Setor na Arquidiocese” não pode ser argumento para desconsiderar ou extinguir quaisquer expressões de evangelização juvenil. Se alguma das expressões juvenis trouxer problemas dentro do conjunto da pastoral local, sejam esses problemas considerados e trabalhados cuidadosamente à parte.

308. O setor não substitui a organização própria de cada segmento, nem unifica a metodologia, espiritualidade, história... Cada experiência de evangelização juvenil, mesmo participando do setor, mantém sua organização e atividades próprias, com a novidade de projetos e eventos assumidos e realizados coletivamente. Inclusive a diversidade é considerada uma riqueza e precisa cada vez mais ser conhecida, acolhida e valorizada.

O que é o Setor Arquidiocesano da Juventude?

309. A expressão Setor Juventude foi utilizada um bom tempo pela organização da CNBB para se referir a um dos três setores da Comissão Episcopal Pastoral do Laicato. A partir de 2011, com a criação de uma comissão especial para a Juventude, ela deixou de ser usada para a instância nacional.

310. Atualmente esse termo se refere àquele espaço de comunhão, em nível arquidiocesano, capaz de congregar as diversas formas de trabalho juvenil, utiliza-se a expressão completa “Setor Arquidiocesano da Juventude” e não somente Setor Juventude.

Participantes do Setor Juventude

311. Fazem parte do Setor as experiências de evangelização juvenil existentes na Arquidiocese: Pastoral da Juventude (PJ), Movimentos Eclesiais (Movimento Jovem - RCC), Novas Comunidades, Congregações Religiosas que trabalham com juventude, Juventude Missionária, Grupos de Jovens Paroquiais, Instituto de Juventude e outros segmentos eclesiais envolvidos com evangelização juvenil.
312. A Pastoral Vocacional, Pastoral da Educação e Diálogo Ecumênico e Inter-religioso, Pastoral Familiar, Pastoral Universitária, Pastoral Catequética são chamadas a estabelecer um trabalho de conjunto, uma vez que também estão envolvidos com a evangelização juvenil.

Identidade e Missão

313. O Setor Juventude é um espaço de comunhão e participação para unir e articular todos os segmentos juvenis arquidiocesanos num trabalho conjunto, com alguns objetivos e prioridades comuns em vista da promoção da juventude, bem como de sua evangelização. O que motiva a existência do setor Juventude é, em primeiro lugar, a realidade juvenil e a missão comum de evangelização que todos os segmentos têm diante do chamado de Jesus Cristo. Um Setor Arquidiocesano de Juventude bem organizado poderá ser, também, uma importante força de reivindicação de políticas públicas para a juventude.

Organização do Setor Juventude

314. Em nível nacional, a Pastoral Juvenil está sob a responsabilidade da Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude. O papel dessa coordenação é garantir em nível nacional, através do protagonista juvenil e centralidade na figura de Jesus Cristo, a unidade das diversas expressões da Igreja Católica do Brasil que se empenham na evangelização da juventude.
315. Em nível arquidiocesano, o Setor Arquidiocesano da Juventude exerce uma verdadeira ação pastoral quando, em comunhão com as orientações da igreja local, envolve a participação de todos e se organiza para atingir objetivos, para realizar alguns projetos, para provocar mudanças.
316. Como já foi dito, a proposta de “Setor Juventude é para âmbito arquidiocesano”. Para outros âmbitos, torna-se inviável manter relação

constante com as inúmeras expressões juvenis. Isto não significa que não seja possível promover espaços de comunhão das várias expressões.

317. Em nível Paroquial, a Pastoral Juvenil é a ação evangelizadora da juventude. Ao ter como centralidade Jesus Cristo, o Bom Pastor, a Igreja é chamada a exercer, de maneira concreta e sistemática, o pastoreio entre os jovens e com eles. Este aspecto organizativo pode estar presente em cada expressão juvenil ou na unidade das expressões existentes em nossos ambientes. O documento latino-americano *Civilização do Amor: tarefa e esperança*, diz que a Pastoral Juvenil é a expressão concreta da missão pastoral da comunidade eclesial em relação à evangelização dos jovens, que será também Boa-nova para a Igreja e proposta de transformação para as pessoas e para a sociedade.
318. A Organização paroquial supõe a participação de todos os jovens, dos grupos juvenis, de uma coordenação estável e dinâmica, que se expressam na Assembleia Paroquial e na Equipe Paroquial de Pastoral Juvenil.
319. Desse modo, tanto as diversas expressões (Novas Comunidades, PJ, Movimentos, Congregações Religiosas, etc.), como as instâncias eclesiais (Comunidade, Paróquia, (Arqui)diocese, Regional, Institutos e Províncias de Congregações Religiosas), assumem um trabalho que se configura como Pastoral Juvenil, quando estão atentas ao princípio da comunhão eclesial, da organicidade processual e do protagonismo juvenil. Assim define o Documento Latino-americano *Civilização do Amor*

Objetivos do Setor Juventude

320. São os seguintes objetivos do Setor Arquidiocesano da Juventude:

- a) Implementar as ações de formação, capacitação e acompanhamento de jovens e coordenadores de grupos que trabalham com a evangelização da juventude nas paróquias;
- b) Fomentar, a “paixão pela juventude” no coração de todos, sobretudo dos agentes de pastoral e dos padres;
- c) Ser expressão eclesial e social da diversidade juvenil;
- d) Fortalecer e ampliar a ação evangelizadora da Igreja;
- e) Ser um espaço de comunhão e participação, de diálogo e integração, de inclusão e socialização, para unir e articular um trabalho de conjunto com todas as instâncias diocesanas/ paroquiais que envolvem a juventude;
- f) Garantir um espaço de reflexão, discernimento, tomada de posição e

- celebração conjunta dos diversos segmentos da (Arqui)Diocese frente à realidade juvenil e à nossa missão de evangelização;
- g) Propor algumas diretrizes, metas, prioridades e atividades comuns para a evangelização, considerando as necessidades de cada realidade arquidiocesana e as especificidades de cada segmento juvenil;
 - h) Desenvolver, junto à juventude, ações correspondentes às diversas épocas e ocasiões temáticas, como Campanha da Fraternidade (CF), assembleias juvenis, reuniões ampliadas e participação nos eventos promovidos pela Arquidiocese, em comunhão com a Igreja do Brasil, de modo especial O Dia Nacional da Juventude (DNJ) e a Jornada (Arqui) diocesana da Juventude (JDJ).

Orientações práticas para o bom funcionamento do Setor Arquidiocesano da Juventude

321. No *âmbito arquidiocesano*, responsabilidade primeira de convocação dos segmentos juvenis para articulação do Setor Arquidiocesano da Juventude é do Arcebispo, com o Conselho Arquidiocesano de Pastoral. A pessoa de referência para a evangelização juvenil na Arquidiocese convoca, coordena e anima a equipe responsável pela articulação do Setor Juventude, em nome do Arcebispo.
322. No *âmbito paroquial*, a criação da Pastoral Juvenil é de responsabilidade primeira dos párocos.
323. Reafirmando que não há receita, a CNBB sugere alguns passos para ajudar a (Arqui)diocese a articular seu Setor (Arqui)diocesano da Juventude:
- a) Fazer levantamento de todos os segmentos juvenis existentes na diocese, bem como das pessoas diretamente responsáveis por cada um deles;
 - b) Convocar as lideranças engajadas na evangelização da juventude a contribuir no processo de articulação;
 - c) Realizar reuniões e encontros com lideranças que respondem por estes segmentos. Nestas reuniões ou encontros:
 - d) Criar espaços para que cada segmento apresente sua identidade, metodologia de trabalho, atividades realizadas, opções pedagógicas pastorais, paróquias ou espaços eclesiais onde está presente, jovens envolvidos no trabalho, dificuldades enfrentadas, limites percebidos... Estes espaços são privilegiados para que os segmentos juvenis se

conheçam reciprocamente e superem os preconceitos e estereótipos que nutrem em relação uns aos outros;

- e) Propiciar tempo de estudo, reflexão e discussão sobre o fenômeno juvenil e sobre as orientações da CNBB para a evangelização, com assessoria capacitada para abordar a pluralidade e especificidade da juventude;
- f) Possibilitar a socialização e troca de subsídios, material utilizado na formação, participação em eventos promovidos pelos diversos segmentos;
- g) Discutir diretrizes comuns e estratégias para superar limites e enfrentar desafios;
- h) Definir algumas prioridades emergentes do setor: Sua composição, número de representatividade por segmento, coordenação (duração), função de cada representante, metas e atividades a serem assumidas em comum, calendário mínimo de reuniões e atividades.

324. Princípios Fundamentais para organização juvenil

- a) Motivação, em vez de imposição;
- b) Abertura à diferença;
- c) Respeito ao específico de cada experiência;
- d) Postura dialógica em todo o processo (para cumprir seu objetivo de favorecer a comunhão e a unidade);
- e) Protagonismo juvenil: o formato do Setor Juventude deve ter o rosto da juventude;
- f) Eclesiologia de comunhão e participação: Fortalecer o sentido de pertença eclesial e de corresponsabilidade sobre a missão evangelizadora da Igreja.

Considerações importantes

325. A AAP propõe ao Setor Juventude as seguintes considerações:

- a) O Setor não tem por objetivo uniformizar as experiências nem suprimir as diferenças; mas sim reforçar que o essencial na evangelização é o discipulado e seguimento de Jesus;
- b) O Setor deve favorecer a integração de todas as expressões juvenis com a Igreja/comunidade e por outro lado ajudar a Igreja /comunidade a se tornar espaço acolhedor para os jovens em todos os seus organismos pastorais;
- c) Proporcionar o diálogo com outros organismos eclesiais (conselhos,

- pastorais...) e se articular com organizações juvenis de caráter não eclesial (ONG'S, Grupos Culturais, etc.) Essas organizações podem contribuir para que a ação evangelizadora contemple as várias dimensões da vida dos jovens e responda à pluralidade e dinamismo da juventude;
- d) A evangelização da Juventude deve incluir uma sólida formação ética. Assim, a Nova Evangelização manifesta sua força missionária, sendo anunciada como Palavra viva. A sensibilidade especial dos jovens para as situações de pobreza e desigualdade social nos abre um caminho espiritual e de formação de consciência.

Conclusão

326. É hora de agir. A partir da 3ª Assembleia Arquidiocesana de Pastoral (AAP), espera-se que a evangelização da juventude em toda a Arquidiocese, através das Paróquias e Comunidades, possibilite o cuidado com a vida dos jovens, que se encontra ameaçada de diversas maneiras. A Conferência de Aparecida colocou a Igreja Latino-americana e Caribenha em estado permanente de missão. Para impulsionar a participação dos jovens, é proposto um caminho de discipulado e missão. É tempo de missão, é tempo de convocar a juventude para semear.

9. OS CÍRCULOS BÍBLICOS E OS GRUPOS DE REFLEXÃO A SERVIÇO DA IGREJA “EM SAÍDA”.

327. O *Círculo Bíblico* é um grupo de pessoas que se reúne para ler a Bíblia, para procurar entendê-la e fazer deste entendimento uma luz para a vida.
328. O *Círculo Bíblico* já tem história e características próprias. Entre nós, significa um grupo de pessoas que reflete sobre a Palavra de Deus e, com sua luz e muita fé, procura refletir também sobre os problemas da vida e buscar solução para estes problemas. Depois de pensar numa solução, confiante na ajuda de Deus, o grupo realiza uma atividade, para tentar resolver o problema.
329. Deste modo, os grupos de *Círculos Bíblicos* se entregam ao trabalho. Há grupos que assumem um mutirão para melhorar as casas dos mais pobres; também grupos de mulheres que trabalham na costura comunitária para enfrentar as dificuldades econômicas. No *Círculo Bíblico*, as pessoas leem a Bíblia, refletem e agem, confiando em Deus, para enfrentar os problemas da vida.

330. Assim, o grupo de Círculo Bíblico, na sua reflexão, procura perceber o que machuca a vida das pessoas e compreende que Deus o chama para trabalhar na busca de solução para os problemas da vida e aliviar a dor dos que sofrem com as dificuldades do dia a dia. O Círculo Bíblico aprende a agir assim com o exemplo de Jesus que, vendo as multidões necessitadas, agia, ensinando o caminho de Deus, abençoando, partindo e distribuindo o Pão (Mc 6,34-44). Ou ainda, como está no Evangelho de Mateus, Jesus sobe à montanha e ensina a Palavra de Deus (Mt 5,7). Depois, desce da montanha (*Mt 8,1*) e vai ao encontro dos sofredores para ajudá-los na solução de seus problemas. Ele sabia juntar bem as duas coisas: a Palavra de Deus e o serviço aos irmãos:

- a) ajuda o leproso (Mt 8,2-4);
- b) ajuda o oficial romano e seu empregado (Mt 8-5-13).

331. O caminho do Círculo Bíblico é o Método Ver, Julgar e Agir.

- a) Ver a realidade, o que acontece, por que acontece, quem sofre com isso;
- b) Julgar a realidade à luz da Palavra de Deus, da Bíblia;
- c) Agir para aliviar a dor de quem sofre, para resolver o problema.

332. Um bom Círculo Bíblico deve ser um grupo do qual participam entre 6 e 12 pessoas. As reuniões devem ser nas casas.

333. O grupo deve ser pequeno, para que todos participem, falando, dando sua opinião, fazendo suas preces. Num grupo grande, sempre há gente que nunca fala, só escuta.

334. No Círculo Bíblico, todos devem participar. Ninguém deve falar muito. E as reuniões não devem ser demoradas. Reuniões demoradas se tornam cansativas, e o cansaço leva a pessoa ao desânimo e à desistência. As reuniões devem ser uma vez por semana. Mas cada grupo é que tem que ver o que é possível realizar, conforme a realidade das pessoas.

335. Cada Círculo Bíblico deve ter um coordenador ou coordenadora, para preparar as reuniões, animar a caminhada do grupo e dividir as tarefas com outras pessoas.

336. Em cada Paróquia, deve haver também uma Equipe Animadora dos Círculos Bíblicos, com a função de animar os grupos da Paróquia, fornecer material de reflexão e preparar coordenadores para os grupos. Realizar,

obrigatoriamente, um Plenário com todos os coordenadores, pelo menos uma vez por mês, e com todos os participantes dos grupos, de dois em dois meses.

337. A Arquidiocese constituirá uma equipe de pessoas para o acompanhamento dos grupos de círculos bíblicos paroquiais.

338. Os Círculos Bíblicos são um bom caminho para ajudar na ação evangelizadora e missionária da Igreja, pois proporcionam um encontro pessoal com Cristo e formam comunidades transformadoras da sociedade. Trabalhando na linha dos Círculos Bíblicos, as paróquias podem configurar-se como uma verdadeira Rede de Comunidades, discípulas missionárias de Jesus Cristo.

10. SOBRE AS FESTAS RELIGIOSAS

339. A festa do (a) Padroeiro (a) da Comunidade será também entendida como o Dia da Comunidade.

340. A festa do (a) Padroeiro (a) da Paróquia será também entendida como o Dia da Paróquia. Tanto as Comunidades da Paróquia, como seus Organismos pastorais devem se envolver em todo processo de Celebração.

341. As festas litúrgicas de Pentecostes e da Santíssima Trindade devem ser celebradas com toda solenidade. Na festa de Pentecostes pode ser reforçada a importância da participação do fiel na comunidade eclesial e a catequese sobre o Sacramento da Crisma. Na festa da Santíssima Trindade o foco principal é a comunhão dos Divinos Três e da nossa total comunhão: Comunidade, Paróquia, Arquidiocese, CNBB e a Igreja como um todo.

342. Aproveitem-se todos os momentos da vida da Comunidade para realizar, de maneira organizada, a evangelização, e também ajudar as pessoas a terem um encontro pessoal com Jesus, Caminho, Verdade e Vida, de forma que aconteça a conversão e o seguimento de Jesus.

343. A promoção de barraquinhas, leilões, bingos, etc. tornem-se momentos agradáveis de confraternização e alegria do encontro entre os irmãos e irmãs. Para isso, criem-se comissões especiais que orientem, com bom senso, os organizadores, a respeito das músicas e outras atividades, e procurem resgatar a cultura do povo.

344. É recomendável que não se use bebida alcoólica nos ambientes da Igreja

(Templos, Centros de Convivência, Salão Comunitário, etc.) e louvamos as Paróquias e Comunidades que já têm essa prática educativa. As Paróquias e Comunidades que ainda não aboliram o uso da bebida ajudem as pessoas a educar-se para o seu uso moderado (cf. nº 286, Doc. 100).

345. O Conselho Pastoral Paroquial, com seu Pároco, ajude os festeiros a preparar bem a festa, planejando tudo e fazendo com que Jesus Eucarístico seja o centro da festa e reforce entre nós a comunhão dos santos.
346. É necessário também que se peça ajuda ao Conselho Econômico para que oriente a parte da contabilidade da festa, consultando as normas do Regimento do Conselho Econômico Paroquial, estabelecidas pelo Senhor Arcebispo, de acordo com o Cânon 537, no artigo que trata das Festas Religiosas. O dinheiro arrecado nas comunidades e paróquias não pode ser depositado em conta particular.

11. SOBRE OS BENS CULTURAIS DA IGREJA E ARTE SACRA

347. Em comunhão com todo o Regional Leste II da CNBB, que abrange nossa Arquidiocese, queremos criar, em âmbito arquidiocesano, uma Equipe de Bens Culturais da Igreja da qual participará a Equipe de Artes Sacras.
348. Esta Equipe de Bens Culturais da Igreja terá como função salvaguardar o patrimônio sacro, artístico, histórico e cultural da Igreja Católica. Recomenda-se fazer parcerias com Órgãos Públicos e Privados interessados e responsáveis pelo resgate, preservação e proteção destes bens.
349. Seja valorizada, na formação dos seminaristas, uma disciplina dedicada ao importante tema da salvaguarda e da criação de novas produções do patrimônio sacro, artístico, histórico e cultural da Igreja, bem como a formação continuada dos padres e diáconos, que são os responsáveis por patrimônios expressivos da Igreja.
350. Com referência a construções e reformas de templos, sejam consultados previamente a Comissão de Bens Culturais da Igreja e a Equipe de Arte Sacra.

CONCLUSÃO

351. Nada melhor para a conclusão, do que lembrar o Objetivo Geral de nossa ação evangelizadora, que deve sempre estar em nossa mente e prática pastoral, conforme é apresentada no início das Diretrizes.
352. De fato, nossa missão é evangelizar, como verdadeiros seguidores e missionários de Jesus, e a partir dele. Nossa ação profética nos leva a nos desinstalar de nossa vida voltada para dentro da comunidade, em vista de levarmos a Boa-Nova de Jesus aos outros. A estrutura paroquial é boa, mas tem de ser dinamizada para superarmos a esclerose de puro atendimento e sermos criativos, dentro da sã ousadia, para sermos atrativos e ajudarmos as pessoas a se encantarem por Jesus e sua Igreja.
353. Nossa evangélica opção preferencial pelos pobres deve chamar-nos sempre à consciência de que eles são os privilegiados de Deus. Evangelizamos a todos e chamamos cada pessoa a fazer parte de nossa comunidade eclesial; mas apontaremos a missão de fazer com que todos se voltem para os mais deixados de lado na sociedade e na Igreja.
354. Estas Diretrizes sejam meios de bênçãos e orientação para todos os que amam Cristo e sua Igreja. Nossa Arquidiocese é feliz por ter a participação de todos no convívio fraterno, para todos darem de si pelo seu bem e ajudarem sua missão evangelizadora a serviço de um mundo mais justo e fraterno. Assim todos terão a paz do Senhor.
355. Nossa Mãe Maria interceda por todos nós, a fim de seguirmos em união pastoral estas Diretrizes!

D. José Alberto Moura, CSS
Arcebispo Metropolitano de Montes Claros

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- EG - Evangelii Gaudium, O Evangelho da Alegria (Papa Francisco)
- DAp - Documento de Aparecida
- DGAE - Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2015-2019
- Diretrizes da Ação Missionária e Evangelizadora da Igreja Particular de Montes Claros - 2011-2015
- CELAM - Documento de Aparecida. São Paulo, 2007
- CNBB - Secretariado Regional do Leste II. Organização da Catequese. Belo Horizonte. FUMARC
- CNBB - Catequese Renovada – Orientação e conteúdo. 36ª ed. S. Paulo. Paulinas, 1991
- CNBB - Com adultos, catequese adulta. Estudo 80, 2ª ed. S. Paulo. Paulus, 2001
- CNBB - Diretório Nacional de Catequese. S. Paulo. Paulinas, 2006
- CNBB - Orientações para a catequese da crisma. Estudo 61. S. Paulo, Paulinas, 1991
- CNBB - Segunda Semana Brasileira de Catequese. Estudo 84. S. Paulo, Paulus, 2002
- Congregação para o Clero. Diretório Geral para a Catequese. S. Paulo: Loyola-Paulinas, 1998
- SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. Ritual da Iniciação Cristã de Adultos. São Paulo: Paulus, 2001 - Itinerário Catequético - Iniciação à vida cristã – um processo de inspiração catecumenal/ Comissão Episcopal Pastoral para a Animação Bíblico-catequética. Brasília, Ed. CNBB, 2014
- Doc. - Documento 100
- BJ - Bíblia de Jerusalém

Coordenadores Arquidiocesanos de Pastoral:

*Pe. Aylton Lopes dos Santos
Côn. Oswaldo Gonçalves Vieira, Opraem.
Pe. Reginaldo Wagner Santos*

Equipe de Elaboração:

*Pe. Reginaldo Wagner Santos
Mons. Geraldo Marcos Tolentino
Maria Walkíria Farias*

Organização:

Maria Elizabeth da Silva Sena (Betinha)

Revisão:

Bernadete Versiani

Impressão e acabamento:

Gráfica Uni-Set – Montes Claros - MG

SEARPA

Secretariado Arquidiocesano de Pastoral

Rua Januária, 371 – Centro

39400-077 – Montes Claros – MG

Tel.: (38) 3222-9434

E-mail: searpa@bol.com.br

Arquidiocese de Montes Claros
Rua Januária, 371 – Centro – CEP: 39400-077
Contato: (38) 3222-9434
www.arquimoc.com
imprensacatolica@yahoo.com.br

Arcebispo Metropolitano
Dom José Alberto Moura, CSS

Vigário Geral 1
Mons. Antônio Gonçalves Rocha

Vigário Geral 2
Mons. Silvestre José de Melo

Vigário Episcopal
Pe. Adílson Ramos de Melo

Vigário Episcopal para as Famílias
Mons. Antônio Alencar Monteiro

Chanceler da Cúria
Mons. José Osanan de Almeida Maia

Ecônomo
Pe. Dorival Souza Barreto Júnior

*Deixe sua Paróquia,
Pastoral, Organismo ou Movimento em evidência*

**Apresente suas ações e seus projetos!
Divulgue seu trabalho de evangelização!**

Assessoria de Comunicação Arquidiocesana
Contato: Viviane Carvalho
(38) 99905-1346 VIVO / (38) 98423-8384 CLARO
ou pelo e-mail: imprensacatolica@yahoo.com.br
Facebook: [arquidiocese de Montes Claros](https://www.facebook.com/arquidiocese.de.montes.claros)
e Site: www.arquimoc.com

Coordenador da Pastoral da Comunicação na Arquidiocese
Pe. Antônio Brígido de Lima

Oração

Ó Maria, Mãe da Igreja, sois nossa Rainha e Protetora de Nossa Arquidiocese de Montes Claros!

Ajudai-nos a imitar-vos, sendo verdadeiros discípulos missionários de Jesus. Assim, com vossa proteção, seremos mais capazes de viver em comunhão eclesial para melhor implantarmos o Reino de Deus, com fé testemunhada na promoção da justiça e do bem comum. Amém.

Dom José Alberto Moura, CSS
Arcebispo Metropolitano de Montes Claros.



Maria, Mãe da Igreja

SEARPA - Secretariado Arquidiocesano de Pastoral
Rua Januária, 371 - Centro
39400-077 - Montes Claros - MG
Tel. (38) 3222-9434
E-mail: searpa@bol.com.br
www.arquimoc.org.br